

Daniel Tavares Gomes

**Os factores de percepção da evolução do Modelo
Social Europeu em Portugal — Estudo em Santa
Maria da Feira**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2010**

Trabalho apresentado à
Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política e Relações
Internacionais

PARECER DE DISSERTAÇÃO

João Cristóvão Ivo Casqueira Cardoso, Orientador da dissertação subordinada ao tema **Os factores de percepção da evolução do Modelo Social Europeu em Portugal — Estudo em Santa Maria da Feira**, do aluno Daniel Tavares Gomes do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, considera a dissertação **Apta** para ser entregue para solicitação de provas públicas de mestrado.

Porto, 13 de Setembro de 2010

O Orientador



Resumo

Com o presente trabalho procurou-se descortinar os factores sociais e económicos que influenciam a percepção dos Feirenses sobre a evolução do Modelo Social Europeu. Realizou-se uma apresentação dos conceitos mais abordados ao longo do trabalho e das particularidades inerentes à população Portuguesa. Para além de se descrever o Modelo Social Europeu e seus problemas, apresentou-se um conjunto de soluções para os atenuar. De referir, ainda, a exaustiva análise estatística que permitiu comprovar a validade dos factores influenciadores da percepção, bem como constatar que a maioria da população Feirense está descrente num futuro positivo para o Modelo Social Europeu.

Abstract

The present work has the finality to discover the social and economic factors that have an effect on perception of the population of Santa Maria da Feira on evolution of European Social Model. It presents the main concepts used in the work and the particularities of the Portuguese population. More than describing the European Social Model and its problems, it proposes solutions to mitigate them. Exhaustive statistical analyses was also undertaken to confirm the validity of factors that influence the perception. It reveals that the majority of the population of Santa Maria da Feira does not believe in a positive future for the European Social Model.

Résumé

Ce travail cherche à révéler les facteurs sociaux et économiques qui influencent la perception des habitants de Santa Maria da Feira quant à l'évolution du modèle social européen. Il consiste en une présentation des concepts les plus utilisés au cours du travail et des particularités inhérentes à la population portugaise. Plus qu'une description du modèle social européen et de ses problèmes, il s'agit ici de présenter un ensemble de solutions visant à atténuer lesdits problèmes. L'un des éléments essentiels dans ce sens est l'analyse statistique, qui permet de vérifier la validité des facteurs pouvant influencer sur la perception et de constater que la majorité de la population de Santa Maria da Feira est pessimiste quant au futur du modèle social européen.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha namorada de sempre, Joana, que me tem acompanhado ao longo dos últimos anos e sobretudo aos meus pais, Elísio e Maria Regina, que me proporcionaram as condições necessárias, trabalhando incansavelmente, para adquirir aquilo com que sempre sonhei: o conhecimento!

Índice Geral

	Página
Introdução	1
 Parte I – Contextualização Teórica	
I. Apresentação do Concelho de Santa Maria da Feira	4
II. Objecto de Estudo Teórico	
1. Percepção	8
2. Modelo Social Europeu	12
2.1. O que é o Modelo Social Europeu?	12
2.2. Evolução histórica	14
III. Problemática Teórica	
1. Correntes Pessimistas	16
2. Correntes Optimistas	20
3. Opção pela perspectiva pessimista	22
4. Soluções	24
 Parte II – Estudo Empírico	
I. Aspectos Metodológicos	
1. Método Utilizado ou <i>continuum</i> metodológico	30
2. Técnicas Metodológicas	31
2.1. Qualitativas (Pesquisa Documental)	31

2.2. Quantitativas (Inquérito por Questionário)	32
3. Variáveis e Hipóteses	32
3.1. Variáveis	32
3.2. Hipóteses	34
4. Limitações	37
II. Análise dos Resultados	
1. Caracterização da População	38
2. Interpretação e Leitura dos resultados	39
3. Verificação estatística dos resultados	43
3.1. Estatísticas Descritivas	43
4. Inferência Estatística	46
4.1. Intervalos de Confiança	46
4.2. Regressão Linear Múltipla	47
4.3. Testes de Hipóteses	49
4.4. Teste de independência do Qui-Quadrado	50
Conclusão	58
Bibliografia	61
Anexos	67

Anexos

Anexo 1 – Despesas totais dos Programas Orçamentais inscritos no Orçamento de 2010	67
Anexo 2 – Inquérito por Questionário	68
Anexo 3 – Coeficiente de Correlação Linear entre “Percepção” e “Benefícios”	70
Anexo 4 – Relação entre as demais variáveis	71
Anexo 5 – Cálculo dos Intervalos de Confiança	80
Anexo 6 – Cálculo dos Testes de Hipóteses	81
Anexo 7 – Cálculo do Teste de Independência do Qui-Quadrado	82

Índice de Figuras e Gráficos

Figura 1 – Castelo de Santa Maria da Feira	4
Figura 2 – Mapa das trinta e uma freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira	5
Figura 3 – Estrutura Etária da população Residente no Concelho de Santa Maria da Feira, em 2001	5
Figura 4 – Exportação Mercadorias, por sede de operador, em dados trimestrais	6
Figura 5 – Sequência do processamento da informação	10
Figura 6 – Percentagem das pessoas que diz que a maioria das pessoas é confiável, em 43 sociedades, 1990-1993 <i>World Values Surveys (WVS)</i>	12
Figura 7 – Classificação dos subtipos de Modelo Social Europeu	14
Figura 8 – Dívida Pública Bruta e Balança Orçamental Primária (em percentagem do PIB) nas economias industriais	18
Figura 9 – Despesas Sociais, a preços correntes, denominadas em moeda nacional	20
Figura 10 – Evolução do PIB per capita ao longo de várias ondas tecnológicas	21
Figura 11 – Resumo esquemático das funções do Modelo Social Europeu	25
Figura 12 – Prémio de qualificação na Suécia e nos Estados Unidos no sector privado	28
Figura 13 – Variável Dependente e Variáveis Independentes da investigação	33
Figura 14 – Factores que influenciam a percepção dos portugueses	35
Figura 15 – Relações entre factores determinantes da percepção	36
Figura 16 – Distribuição dos inquiridos por género	38
Figura 17 – Distribuição dos inquiridos por grau de escolaridade e género	38
Figura 18 – Composição dos grupos etários por género	39
Figura 19 – Escolaridade por grupo etário	40
Figura 20 – Perspectiva sobre a actuação dos políticos por género	40

Figura 21 – Perspectivas de trabalho por género	41
Figura 22 – Perspectivas de trabalho por grupo etário	41
Figura 23 – Perspectivas de trabalho por grau de escolaridade	42
Figura 24 – Classificação da actuação dos políticos segundo diferentes graus de escolaridade	42
Figura 25 – Classificação da actuação dos políticos mediante grupos etários	43
Figura 26 – Regressão Linear Múltipla, através do Método dos Mínimos Quadrados	48

Lista de Abreviaturas

BLUE	Best Linear Unbiased Estimator
EMV	Esperança Média de Vida
EUA	Estados Unidos da América
Ho	Hipótese Nula
H1	Hipótese Alternativa
IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISPAB	Instituto Superior de Paços de Brandão
ISVOUGA	Instituto Superior de Entre o Douro e Vouga
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
SNS	Serviço Nacional de Saúde

Introdução

Para explanar as motivações que induziram a estudar a temática dos factores de percepção da evolução do modelo social europeu em Portugal teria, antes de mais, de expor as razões que estimularam a realizar um mestrado em “Ciência Política e Relações Internacionais”, depois de ser licenciado em Economia. Tal como Levine (1997, p. 261) referiu:

Quem está hoje preparado para conceber à antropologia jurisdição exclusiva sobre o estudo da cultura, à ciência económica sobre a troca racional, à ciência política sobre o poder ou à psicologia sobre a motivação? (...) O trabalho verdadeiramente mais interessante agora tem lugar dentro de outras espécies de fronteiras: em especialidades subdisciplinares, incursões transdisciplinares e sínteses supradisciplinares.

Sendo a Economia uma ciência que se debruça sobre as escolhas e como melhor afectar os recursos disponíveis (Frank *et al*, 2003, p. 4), nada melhor do que completar essas decisões teóricas com a “arte de decidir”, isto é, com a Política. O sociólogo político Philippe Braud (1980, p. 19) demonstra brilhantemente o que é “A” Política:

Se “o” político é o campo das relações de força, dos antagonismos de interesses, estruturado pelo estado (...) “a” política, pelo contrário, constitui o seu véu, opaco e cintilante ao mesmo tempo, circunscrevendo uma cena largamente isolada, desrealizada, sobre a qual enfrentam os actores da classe política, segundo regras singulares minuciosamente codificadas pelos usos, pela lei e pela Constituição.

Este trabalho, portanto, consubstancia esse objectivo inicial de ligar a política e a economia, tomando decisões eficientes (economia) e eficazes (política). Evidentemente, tanto a Política como a Economia são áreas do conhecimento demasiadamente vastas para serem referenciadas, num trabalho de investigação social, num sentido lato. Chegados a este ponto, pode-se finalmente expor o objectivo principal deste trabalho, ou seja, **perceber que factores, económico-sociais e políticos, afectam a percepção dos**

portugueses, em especial dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, enquanto conjunto de direitos económicos e sociais e até que ponto estão preparados para as mudanças que este modelo poderá sofrer no futuro. Tendo em conta que caminho sobre um percurso minado por lutas épicas, no domínio da Filosofia Política e do senso comum, o autor destas linhas abstraiu-se dos dogmas e preconceitos formados em torno destes temas. Desenvolvendo o trabalho com a sensatez e humildade necessárias para o efeito, não se pretendeu ultrapassar as metas inicialmente traçadas, mas sim propor um conjunto de medidas que poderão limitar os impactos das mudanças que se avizinham no modelo social europeu.

O objecto de estudo empírico será constituído por uma análise de um conjunto de recolha de informações junto de cidadãos nacionais com idades superiores ou iguais a 18 anos, do concelho de Santa Maria da Feira. O facto de fazer incidir o estudo apenas sobre cidadãos maiores de idade prende-se com a pertinência e viabilidade das respostas, pois ao atingirem os 18 anos, os cidadãos adquirem um conjunto de direitos e deveres económicos, sociais e políticos, que lhes permite conceder respostas mais assertivas sobre o tema em estudo.

A presente tese encontra-se dividida em duas grandes partes. A primeira parte procede à contextualização teórica do estudo, através da apresentação do Concelho de Santa Maria da Feira (Capítulo I), da explanação do Objecto de estudo teórico (Capítulo II), da Problemática Teórica (Capítulo III) e da apresentação das Soluções que impeçam o declínio do Modelo Social Europeu (Capítulo IV).

A apresentação do concelho de Santa Maria da Feira, nas vertentes económica e social, é crucial para o estudo, tendo em conta que os inquéritos serão lançados sobre os residentes deste concelho e que a correcta interpretação e análise dos dados implicará o conhecimento prévio das características da população. No segundo capítulo, desta primeira parte, como nos encontramos a estudar os factores que influenciam a percepção dos Portugueses na evolução do Modelo Social Europeu, no caso concreto dos Feirenses, é de primordial importância a compreensão da função cerebral, Percepção, e

dos fenómenos que a influenciam, bem como em que consiste o Modelo Social Europeu. No terceiro capítulo apresenta-se a Problemática Teórica, quer isto dizer, as perspectivas optimistas e pessimistas em torno do objecto de estudo, ou seja, a evolução do Modelo Social Europeu. Entenda-se que para o estudo, não é pertinente o conhecimento das perspectivas optimistas e pessimistas, especificamente, da Percepção sobre a evolução do Modelo Social Europeu; neste capítulo, o que verdadeiramente é útil prende-se, apenas, com a evolução do Modelo Social Europeu. Finalmente, conclui a Contextualização Teórica expondo as Soluções que, sendo implementadas, poderão atenuar o expectável colapso do Modelo Social Europeu.

A segunda grande parte da tese incide sobre o estudo empírico da população – alvo. Para o efeito, desenvolveu-se um capítulo inicial sobre Aspectos Metodológicos e um segundo capítulo dirigido à Análise dos Resultados. Para se proceder à Análise dos Resultados é necessário elaborar uma estratégia, técnica ou forma de melhor captar informação sobre a população – alvo. Por este motivo, defini nos Aspectos Metodológicos as técnicas a adoptar (quantitativas), as variáveis utilizadas no estudo que remeterão as conclusões para a sua análise e as limitações associadas a um estudo do tipo indutivo. A Análise dos Resultados foi elaborada pela Caracterização da População, pelas Estatísticas Descritivas (Média, Moda, Mediana, Desvio-Padrão, Máximo e Mínimo) das variáveis em estudo, pela Inferência Estatística concretizada através de Intervalos de Confiança, de uma Regressão Linear Múltipla, Testes de Hipóteses e Testes de Independência do Qui-Quadrado.

Parte I. Contextualização Teórica

Capítulo I. Apresentação do Concelho de Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira é um dos maiores concelhos do país e cuja história mais se eleva. Os vestígios de antigas comunidades remontam aos povos romanos e árabes, estando a sua origem ligada ao surgimento de uma povoação, em torno do castelo, que desenvolveu uma feira para onde confluíam os principais agricultores e comerciantes da região. A designação “Feira” surge, pela primeira vez, em 1117 e 1120 através de D. Teresa (mãe de D. Afonso Henriques), aquando da sua hospedagem no Castelo da Feira. A relevância estratégica destas terras de Santa Maria fica evidenciada quando, em 1472, D. Afonso V criou a Casa da Feira, sendo o seu senhor o Conde Rui Pereira (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. <https://www.cm-feira.pt/>).



Fig. 1 - Castelo de Santa Maria da Feira

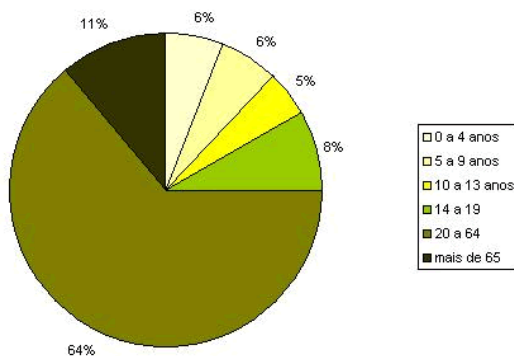
Constituído por trinta e uma freguesias (fig. 2), totalizando 211 km² de área, situa-se numa importante confluência de acessos aos principais centros urbanos, industriais e comerciais do país. Dista equitativamente do Porto e de Aveiro, por aproximadamente 30 km, sendo servido por importantes eixos rodoviários, nomeadamente, a Auto-Estrada nº1 (ligando Porto a Lisboa), pela A29 e ainda pela Estrada Nacional nº 1.



Fig. 2 – Mapa das 31 freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira
 (Guia de Santa Maria da Feira <http://www.byweb.pt/santamariadafeira/mapa.html>)

Em termos demográficos totalizava, em 2004, 135964 indivíduos gerando uma densidade populacional de 660 habitantes por km². A fig. 3 exibe a estrutura etária do concelho, destacando-se a predominância dos indivíduos em idade activa (64%), sendo que apenas 11% possuíam mais de 65 anos.

Estrutura Etária da população Residente no Concelho de Santa Maria da Feira em 2001



Fonte: Censos 2001 INE

Fig. 3 – Estrutura Etária da população Residente no Concelho de Santa Maria da Feira, em 2001 (Fonte: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. <https://www.cm-feira.pt/>)

Em termos económicos, o concelho é predominantemente industrial, constituindo a transformação da cortiça e a produção de calçado as suas principais actividades. A actividade metalomecânica e produção de papel também possuem um peso considerável na economia da região. Congregando tudo isto, resulta uma região pujante ao nível da Área Metropolitana do Porto, chegando mesmo a destacar-se ao nível do comércio intra e extra comunitário. A fig. 4 revela, inequivocamente, essa posição, dado que é a segunda maior exportadora de mercadorias, ao nível da Área Metropolitana do Porto, situando-se atrás de Vila de Conde. Actualmente, deverá ter alcançado a posição cimeira, visto que o principal exportador nacional, sediado em Vila de Conde, a Qimonda, abandonou a produção.

Saídas de Mercadorias (por Sede de Operador)

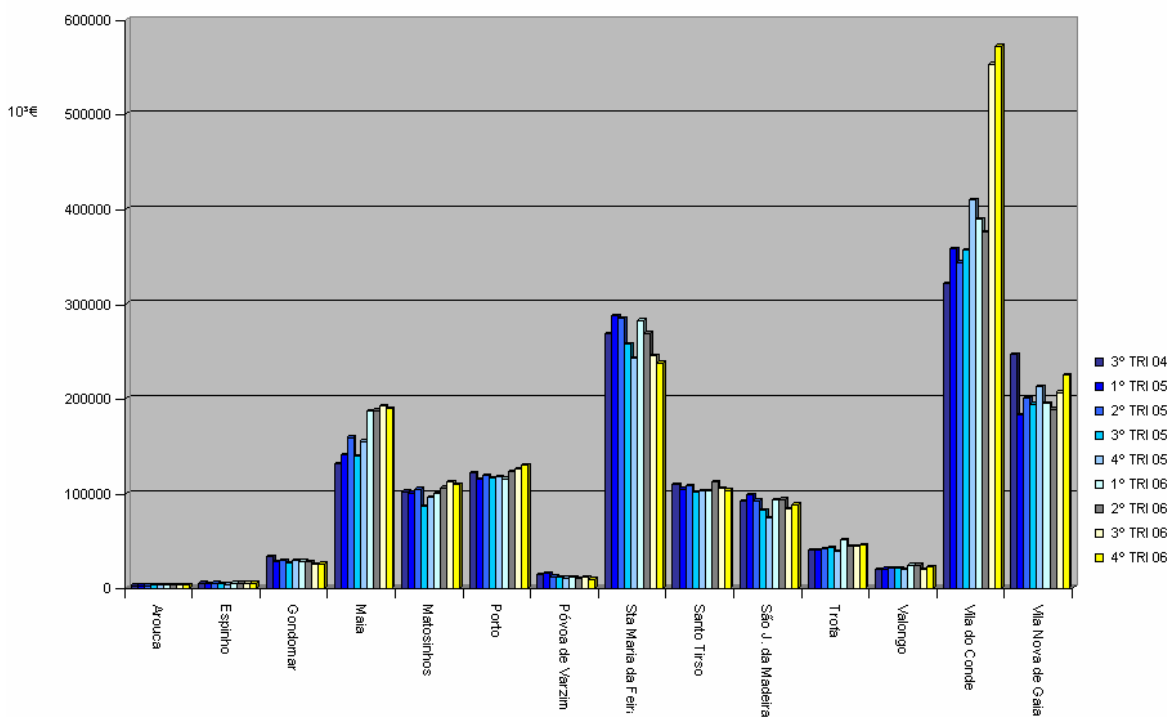


Fig. 4 – Exportação Mercadorias, por sede de operador, em dados trimestrais

Fonte: INE (2007), Estatísticas do Comércio Internacional / in sistema de indicadores

Ao nível da educação é de assinalar que actualmente mais de 20% da população possui habilitações iguais ou superiores ao Ensino Secundário. Para este facto contribuiu uma

equilibrada rede ensino desde o pré-primário até ao Superior, bem como o sucesso de instituições de ensino como o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas (maior instituição público-privada de ensino em Portugal) e as instituições de ensino superior ISPAB e ISVOUGA.

Capítulo II. Objecto de Estudo Teórico

1. Percepção

A percepção é a função cerebral que atribui significado a estímulos sensoriais, a partir do histórico de vivências passadas. Através da percepção, um indivíduo organiza e interpreta as suas impressões sensoriais para atribuir significado ao seu meio (Wikipedia. <http://pt.wikipedia.org/wiki/percep%C3%A7%C3%A3o>).

A compreensão desta função cerebral é da maior importância para o nosso estudo, visto que, em última instância, as pessoas transmitir-nos-ão uma visão/ideia sobre o futuro do Modelo Social Europeu de acordo com o contexto político, social e histórico em que se enquadram. Assim se pode explicar que, perante o mesmo objecto de estudo, se consiga arrecadar um conjunto de opiniões tão díspares sobre ele próprio. Se não tivéssemos esta habilidade mental, este estudo não se poderia desenvolver, porque estaríamos a analisar a interpretação que os portugueses fazem da evolução do Modelo Social Europeu em detrimento da evolução efectiva do Modelo Social Europeu. Ao longo deste percurso vem-nos à memória um pensamento que se transformou em adágio popular: “As coisas não são boas nem más; a mente é que faz que sejam”, como disse William Shakespeare.

Evidentemente que quando falamos de percepção, não nos referimos à percepção visual, olfactiva, gustativa, táctil, temporal ou espacial. Neste estudo, apenas nos interessa compreender a percepção social. A percepção que as pessoas formam sobre um determinado fenómeno é muito influenciada pelas ideias preconcebidas e pela perseverança numa crença (Myers, 1995, p.42). Esta ideia ficou solidamente comprovada por um estudo levado a cabo por Harald Wallbott (1988), que daria nome aquela influência/ideia preconcebida: o efeito Kulechov.¹

¹ Este efeito traduzia a influência que um juízo prévio ou induzido por outra pessoa provocava na percepção do retrato. Indicando-se que a pessoa retratada teria pertencido à GESTAPO, julgavam a sua expressão como cruel. Indicando-se que a pessoa retratada teria pertencido a um movimento anti-nazi clandestino, julgavam a sua expressão como bondosa.

A perseverança numa crença também é crucial para influenciar as percepções, pois mesmo que se demonstre que um determinado fenómeno não ocorre de determinada forma, subsiste uma ideia enraizada que “aparentemente” explica o fenómeno. Essa ideia estará tanto mais inculcada nas mentes dos cidadãos quanto mais prevalecente for a herança social dos estereótipos que a sociedade reproduz nas gerações seguintes (Ehrlich, 1973, p. 35). Como teremos oportunidade de referir, a percepção que os portugueses formulam sobre a evolução do modelo social europeu pode ser influenciada pela visão geral que estes possuem dos políticos nacionais. O estereótipo² formado em torno daqueles induzirá as pessoas a inferirem tacitamente que são corruptos e desonestos, pelo que este será um importante factor que poderá influenciar a percepção dos portugueses sobre a evolução do modelo social europeu.

Dunning *et al.* (cit. in Hamilton, 2005) demonstram que quando uma determinada informação sobre um comportamento ou situação é ambígua ou pouco clara, os estereótipos influenciam os indivíduos num determinado sentido, bom ou mau, consoante a ideia preconcebida sobre o elemento em observação:

As an example consider the sentence *Some felt that the politician's statements were untrue.* (...) In particular, it would lead people to believe that the politician was lying, although that was not specified in passage. (...) In this case the stereotype of physicists might lead people to assume that the physicist was only mistaken in his or her assertions.

Perante este facto é importante perceber qual é a principal fonte de informação dos portugueses para compreender como formulam as ideias sobre os mais diversos temas. Num estudo elaborado por Sousa e Triães (2007) sobre o papel dos média no combate à corrupção, demonstraram inequivocamente que a televisão (48,9%) e a imprensa (25,4%) influenciavam significativamente as percepções dos portugueses sobre aquele fenómeno em particular.

². [...] os estereótipos são representações simples de realidades complicadas, mas para além disso, o seu conteúdo não é social ou politicamente neutral, o seu conteúdo justifica psicologicamente a hierarquia social e as desigualdades sociais que dela derivam. (Garcia-Marques, 2003, p.13).

Desta forma, poderemos assumir que a massificação do acesso à informação, em particular o acesso à televisão, é um facto histórico que acelerou a visão negativa que os portugueses formularam sobre os políticos nacionais, logo sobre as medidas que estes tomam na gestão/governança do país, nomeadamente nas políticas de sustentabilidade do Estado-Providência. Para se interpretar uma determinada situação/realidade social, existem várias sub-etapas interconectadas na mente do indivíduo (fig. 5) que se processam e dão resposta a um estímulo exterior (Bless *et al.*, 2004), isto é, impelem os indivíduos a realizarem inferências, decisões e julgamentos sobre esse estímulo.

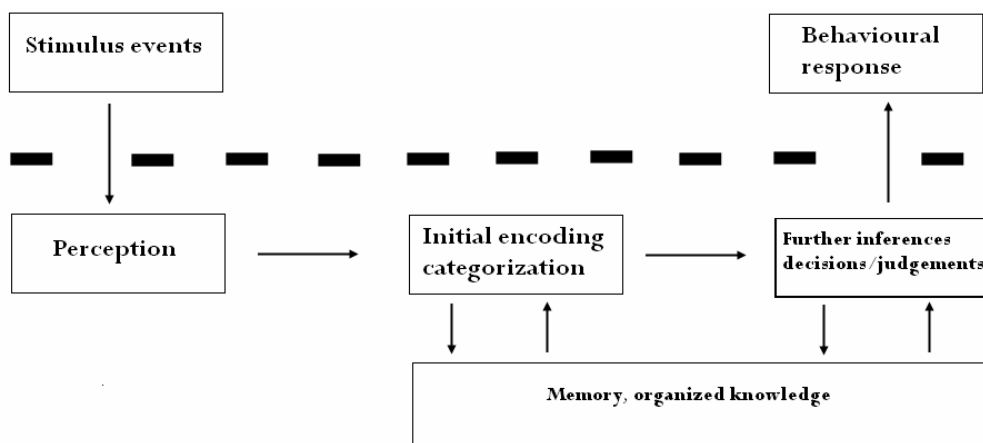


Figura 5 – Sequência do processamento da informação (Fonte: Bless *et al.* (2004).

Quando a televisão, os jornais ou a rádio nos dão uma notícia, por exemplo, sobre a implementação de uma determinada lei, nós enquanto receptores realizaremos uma codificação inicial dessa percepção, isto é, atribuiremos um significado aquela lei. Do que não nos damos conta é do papel das memórias organizadas na nossa mente na elaboração do significado a atribuir à percepção, dito de outra forma, se existir um histórico de falhanços e retrocessos nas medidas implementadas pelos governos nacionais, então os cidadãos terão uma predisposição para atribuir o rótulo de fracasso às medidas subsequentes. Bless *et al.* (2004, p. 51) sintetizam todo este

processo cognitivo da seguinte forma: “It has become evident that almost any cognitive process relies on prior knowledge that is stored in memory”.

Aquele rótulo é normalmente designado, pelos psicólogos, por “*categorização*”. Através deste processo, os indivíduos atribuem características sociais, económicas, físicas, entre outras, a objectos ou indivíduos que apresentem semelhanças entre si, “catalogando-os” ou, por outras palavras, categorizando-os. Allport (1954, p. 20) evidencia o papel basilar deste processo cognitivo para o normal funcionamento da vida em sociedade:

A mente humana tem de pensar com a ajuda de categorias [...] Uma vez formadas, essas categorias constituem a base para o prejuízo normal. Nós não podemos escapar de forma alguma a esse processo. A vida organizada depende disso.

Silver e Dowley (2000) demonstraram que, geralmente, para descrevermos/classificarmos a cultura política de um país e da sua sociedade, assumimos que os seus membros são homogéneos. Contudo, as sociedades estão a tornar-se multi-étnicas e, por esse facto, mais heterogéneas. A compreensão e determinação dos diferentes valores e atitudes que os diversos grupos étnicos possam empreender são, portanto, fundamentais para o regular funcionamento das instituições democráticas.

Este estudo acaba por revelar que Portugal é um país relativamente homogéneo em termos étnicos, ao contrário, por exemplo, da Espanha, da Bélgica ou dos Estados Unidos da América. Ainda assim, como podemos verificar na figura 6, a percentagem de pessoas em quem mais podemos confiar apresenta um valor reduzido para Portugal (21%), encontrando-se na trigésima oitava posição em quarenta e três possíveis. O estudo, indirectamente, destrói uma eventual teoria que indique que os países mais fragmentados etnicamente seriam aqueles cujos indivíduos menos confiariam uns nos outros, ou seja, muito provavelmente os

factores que influenciam os portugueses a terem uma atitude desconfiada perante o seu concidadão não se sustentam em diferenças étnicas.

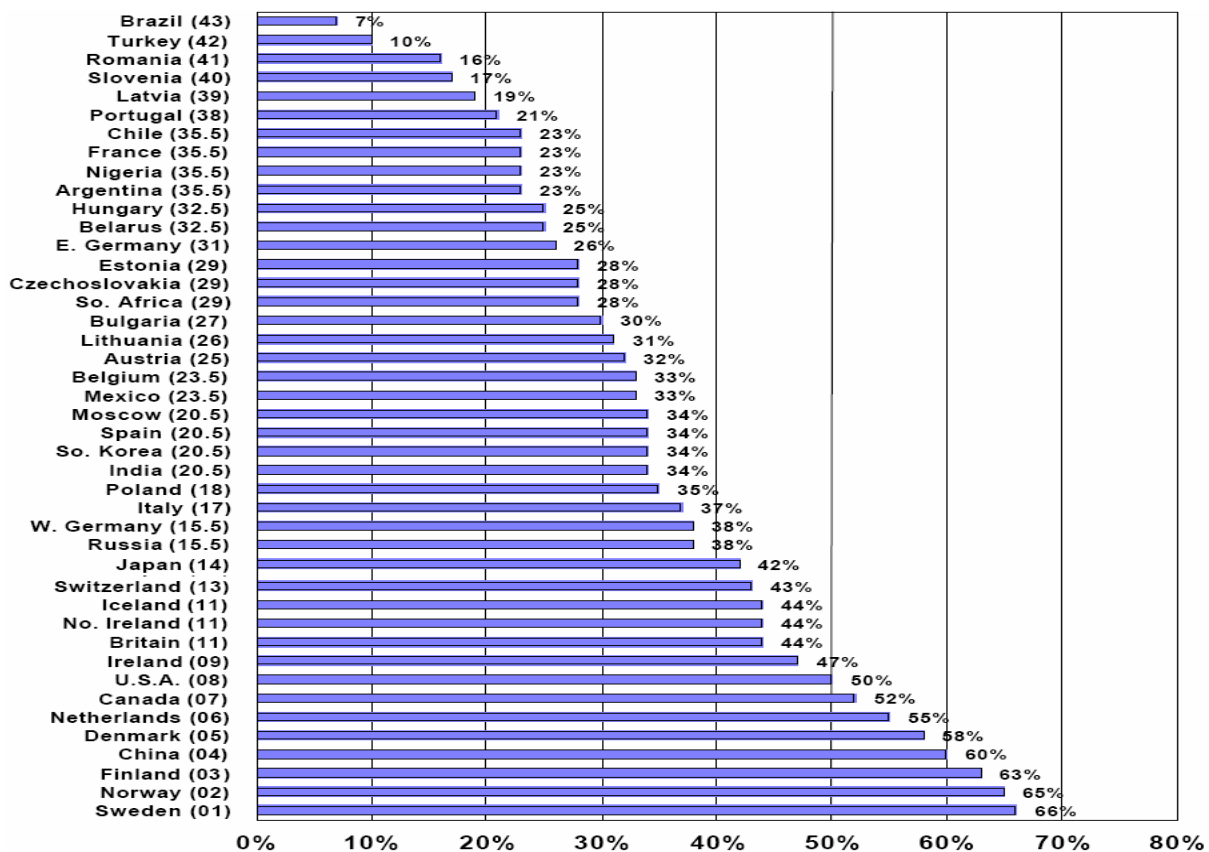


Fig. 6 – Percentagem das pessoas que diz que a maioria das pessoas é confiável, em 43 sociedades, 1990-1993 World Values Surveys (WVS) (Fonte: Silver e Dowley, 2000).

2. Modelo Social Europeu

2.1. O que é o Modelo Social Europeu?

Não são raras as vezes em que se confundem as noções de Estado-Providência com Modelo Social Europeu e, em abono da verdade, existem razões para isso. Por si só, o conceito de Estado-Providência, que também pode ser designado por Estado-Social,

aproxima-se lexicalmente do conceito Modelo Social Europeu. Apesar das origens do conceito “Estado-Providência” remontarem à “(...) superação dos absolutismos e a emergência das democracias de massa” (Draibe *et al*, 1988, p. 21), o conceito moderno de Estado-Providência surge em 1948, ano em que são aprovados os impostos que financiarão o sistema preconizado pelo Relatório de Beveridge, tal como a expressão Modelo Social Europeu que entra em voga a partir da Segunda Guerra Mundial. Por outras palavras, a expressão “Modelo Social Europeu” pretende categorizar um conjunto de medidas e práticas levadas a cabo pelos Estados europeus que adoptaram os valores do Estado-Providência como referencial de actuação. Podemos, assim, afirmar inequivocamente que o Estado-Providência e as suas características estão na génese do Modelo Social Europeu, pelo que as causas do colapso iminente de um serão porventura as causas do outro. Segundo Silva e Castela (1996), podemos definir Estado-Providência da seguinte forma:

Estado-Providência” como “Estado de bem-estar Social” é uma situação em que, por meio de legislação social, a comunidade assume responsabilidades na promoção do bem-estar económico, material, físico e psicológico do cidadão individual. Deste modo se supera o sentido residual e complementar que a sociedade vinha assumindo em termos de caridade e beneficência (http://www.apgeo.pt/files/section44/1258367122_INFORGEO_12_13_P343a350.pdf).

Importa apenas referir que se enquadram no Modelo Social Europeu quatro subtipos de modelos que variam entre si mediante a eficiência e equidade (fig. 7). No nosso estudo apenas nos vamos acerrar do Modelo Social Europeu de características mediterrânicas: as contribuições sociais assentam, neste caso, sobretudo nos salários; existe igualdade nos acessos aos serviços públicos; a protecção jurídica no emprego é elevada; e os subsídios de desemprego são relativamente baixos. A eficiência e a equidade das políticas seguidas caracterizam-se por serem baixas.

		Eficiência	
		Alta	Baixa
Equidade	Alta	Nórdico	Continental
	Baixa	Anglo-Saxónico	Mediterrânico

Fig. 7 – Classificação dos subtipos de Modelo Social Europeu (baseado em Fiori, 2010).

2.2. Evolução histórica

O Modelo Social Europeu surge após a Segunda Guerra Mundial e faz nascer consigo uma nova perspectiva para o Estado. Até então não se pedia mais ao Estado do que assegurar a defesa (nacional e pessoal), a segurança e a justiça (Meek *et al.* 1982, pp. 2-395), ficando de fora aspectos fundamentais como a segurança social. A pobreza passa a ser vista como uma injustiça social, pelo que o valor da solidariedade inter e intra-generacional assumem posições preponderantes na sociedade. Intrinsecamente associado a estes valores surge um incremento continuado da carga fiscal sobre os contribuintes, sem a qual seriam impraticáveis as políticas de justiça social. Conectado, ainda, a este modelo político-organizacional está a prioridade dada ao combate ao desemprego, que é claramente assumido como o principal flagelo que atinge a sociedade.

Associados, não só, mas também ao Modelo Social Europeu estão os vulgarmente denominados “30 gloriosos anos”. Este período compreendido entre o início da década de 1950 e final da década de 1970 caracterizou-se por um progresso a todos os domínios, na Europa Ocidental. A riqueza gerada pelas nações crescia generosamente, a mobilidade social era uma realidade e as políticas sociais estavam em curso, até que as crises petrolíferas de 1973 e 1979 e a guerra do Vietname destabilizassem o mundo. Tal como refere Maddison (1991, p.167):

In the “golden age” the economic performance of the advanced capitalist countries surpassed all historical records, but it deteriorated significantly after 1973. Average of GDP³ growth fell from 4,8 to 2,6 per cent a year, and the pace of inflation accelerated sharply.

Os déficits da balança de pagamentos gerados pela escalada do petróleo obrigaram muitos países a repensarem as suas políticas sociais, começando a questionar o Modelo Social Europeu. Dentro destes países, destacou-se o Reino Unido que, através da liderança de Margaret Thatcher, criou um novo paradigma em termos de organização económico-política - o Modelo neo-liberal - anunciando a insustentabilidade do Modelo Social Europeu.

³. Gross Domestic Product.

Capítulo III. Problemática Teórica

Nesta secção, apresentar-se-ão as diferentes perspectivas teóricas que se debruçam sobre o tema, do nosso estudo. Tal como referem Quivy e Campenhoudt (1998), esta etapa é importante na construção do conhecimento científico, pois transmite uma ideia mais abrangente do universo em estudo e permite clarificar as razões que nos induzem no sentido de uma determinada perspectiva.

Para caracterizarmos as diferentes perspectivas teóricas em torno da evolução do Modelo Social Europeu podemos usar uma escala qualitativa, onde introduzimos as perspectivas mais pessimistas até às mais optimistas.

Não é preciso debruçarmo-nos sobre vários livros para nos apercebermos que as teorias mais pessimistas levam uma grande vantagem sobre as demais. Com maior ou menor intensidade, todas apregoam a falência/colapso dos Estados-Providência ocidentais e, portanto, do Modelo Social Europeu. Não pretendendo ser induzido em erro pelo conhecimento popular que insinua que um optimista é um pessimista mal informado, apontar-se-ão razões que incentivam, também, o autor deste trabalho a colocar-se do lado dos pessimistas.

1. Correntes pessimistas

De acordo com Estêvão (cit. in Barros 1998), após a Segunda Guerra Mundial depositaram-se muitas esperanças na capacidade do Estado em superar as crises que ciclicamente abanavam as economias e na providência de bem-estar às populações, tudo graças ao enorme crescimento económico. Porventura um enorme erro fora cometido nessa altura: generalizou-se a ideia que os pressupostos que permitiram a expansão dos Estados-Providência, no pós Segunda Guerra Mundial, permaneceriam *ad aeternum*, isto é, as altas taxas de produtividade, procurada governamental robusta, circunstâncias

para manutenção da inflação estável e relativamente baixa, altos níveis de crescimento económico, uma estrutura familiar e dinâmica demográfica estáveis (Cantillon, 1995). Actualmente, no que toca à demografia, a proporção de cidadãos da União Europeia com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos é de 15,44% contra os 17,34% com idades iguais ou superiores a 65 anos, o que demonstra como um sistema assente, única e exclusivamente, na equidade inter-geracional será impraticável (CIA - The World Factbook – European Union <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ee.html>).

Como argumenta Barros *et al.* (1998, p. 77):

A evolução e funcionamento do sistema de segurança social conduziram a uma situação de desequilíbrio financeiro, devido ao progressivo envelhecimento da população, à recessão forte e prolongada da economia, às práticas de incumprimento e ao modo como os governos fizeram dele um instrumento de actuação política.

Como se compreende, o derrube dos pressupostos supracitados criou uma situação insustentável, pelo que a terceira geração de Europeus pós Segunda Guerra Mundial que vivem sob a égide do Modelo Social Europeu dificilmente terão as mesmas perspectivas que tiveram os seus pais, em termos de direitos/regalias sociais. A este propósito, António Bagão Félix, na qualidade de especialista em Ética Empresarial, expressou numa entrevista ao Jornal OJE a sua opinião em relação aos jovens europeus:

(...) sem tabus preconceituosos ou ideológicos, às gerações que estão agora a iniciar a sua vida activa o seguinte: atenção, daqui a 40 anos, por estas razões, vocês não vão ter os benefícios que os vossos pais tiveram (Félix, 2009).

A análise de Rosanvallon (1984) não deixa de ser surpreendente pela actualidade, mesmo sendo escrito originalmente em 1981, e pela diferente perspectiva que nos incita a tomar perante a evolução do Estado-Providência. Para este autor, é evidente que existe nos Estados Europeus que partilham o referido Modelo Social um impasse financeiro provocado pela descompensação proveniente do ritmo de crescimento das despesas

sociais face ao crescimento do Produto Interno Bruto. Apesar do sucessivo aumento dos descontos obrigatórios (sobretudo, para os sistemas de Segurança Social), os Estados viram-se forçados a incrementar o seu endividamento para responder ao acréscimo do diferencial entre receitas e despesas públicas. A fig. 8 ilustra com clareza, aquilo que Rosanvallon (1984) transmite: de 1970 até 2010, nos principais países industrializados, a dívida pública bruta, em percentagem do PIB, aumentou mais de 60 pontos percentuais.

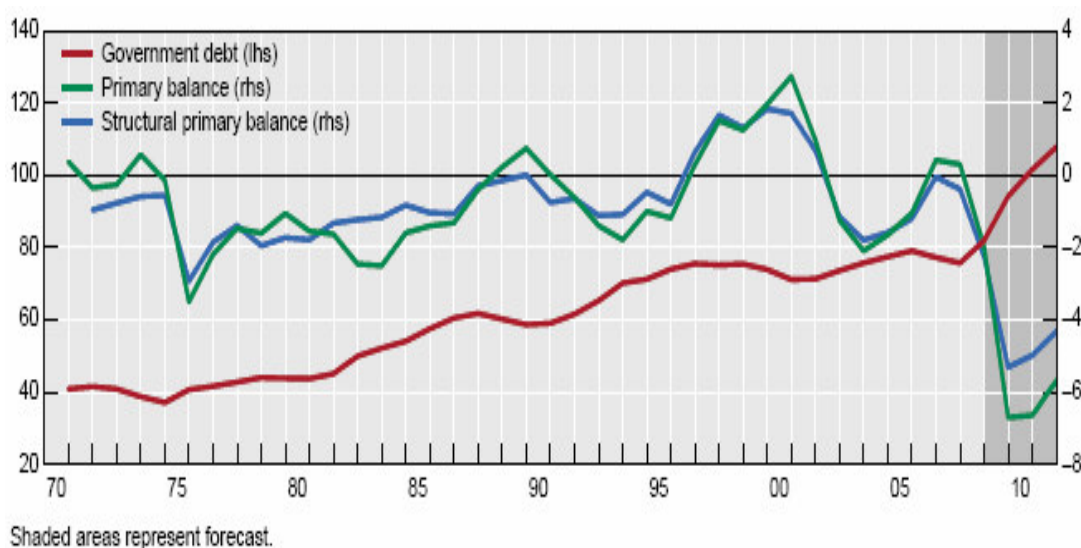


Fig. 8 – Dívida Pública Bruta e Balança Orçamental Primária (em percentagem do PIB) nas economias industriais⁴ (Fonte: <http://www.bis.org/publ/othp09.pdf> [Consultado em 30/03/2010] Em linha).

A diferente perspectiva que Rosanvallon (1984, p. 15) assume, prende-se com o seguinte raciocínio: muitos estudiosos do Estado-Providência (Keynes, Léon Say, Colin Clark, entre outros) declararam a sua falência caso os descontos obrigatórios continuassem a aumentar, de década para década, acabando por atingir um ponto de limite-rotura. Porventura efectuando uma análise a posteriori, constata-se que não só

⁴ Média ponderada com base no PIB de 2005 e com taxas de câmbio às paridades de poder de compra (PPP), das seguintes economias: Austrália, Áustria, Bélgica, Canada, Dinamarca, França, Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

aumentaram os descontos obrigatórios para os sistemas de protecção social, como também aumentou a protecção social dos cidadãos, na maioria dos países da OCDE (fig. 9). A questão que se coloca, portanto, não é saber se existem limites intransponíveis, mas sim: “[...] há um limite sociológico para o desenvolvimento do Estado-providência e para o seu grau de redistribuição que o seu financiamento implica?” (Rosanvallon, 1984, p. 15). A resposta, para o autor, depende de dois aspectos fundamentais: a natureza e solidez do contrato social entre Estado e sociedade, e os efeitos perversos da solidariedade mecânica praticada pelo Estado-Providência.

Se por um lado, o contrato social elaborado entre o Estado e a sociedade foi-se intensificando, ao longo dos anos, em virtude de acontecimentos que colocavam em causa a unidade nacional (Rosanvallon, 1984, p. 24), por outro lado, a substituição do indivíduo pelo Estado na solidariedade (denominada solidariedade mecânica) poderá gerar fortes inconvenientes para a sociedade, dado que os comportamentos de negligência e de *hazard moral*⁵ poderão prejudicar mais a sociedade do que beneficiá-la⁶. Assim se percebe que esta perspectiva não é optimista, porque para Rosanvallon (1984, p. 35), mesmo que os descontos obrigatórios e o papel redistribuidor/protector do Estado aumentassem, os prejuízos para a sociedade poderiam ser superiores aos benefícios:

O Estado-providência total (100% dos descontos obrigatórios) não conduziria, paradoxalmente, a uma socialização transparente, mas, pelo contrário, a uma opacificação generalizada e absoluta das relações sociais; não conduziria a uma solidariedade completa, mas a uma situação disfarçada de guerra de todos contra todos.

⁵ O *hazard moral* ou risco moral (em Português) é um conceito que traduz um comportamento excessivamente negligente perpetuado pelos cidadãos, caso não exista a cobertura de um determinado risco.

⁶ Um exemplo de comportamento negligente que poderia prejudicar a sociedade como um todo é dado por Schelling (cit in Rosanvallon, 1984, p. 34): se um colchão estivesse a obstruir a passagem de uma ponte, forçando milhares de automobilistas a abrandar a marcha e a perder tempo, e ninguém se disponibilizasse para retirar o colchão, todos perderiam mais do que, se apenas um sáísse do carro e retirasse o colchão do percurso.

YEAR	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
COUNTRY	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓	↑↓
Sweden	437,434.9	496,159.6	540,036.8	562,952.6	579,040.4	581,589.1	587,050.9	588,221.7	611,343.8	633,037.3	642,163.4	671,954.8	715,136.1	763,377.3	783,866.8	805,028.1
France	259,188.4	275,751.5	294,189.1	313,196.1	323,973.4	341,632.6	354,416.2	364,071.6	382,956.7	396,393.3	401,547.5	417,496.8	442,294.7	462,240.4	483,070.8	501,174.8
Italy	139,918.4	155,217.6	168,143.6	174,687.6	182,841.3	188,494.5	220,692.1	238,125.2	250,372.6	262,667.0	277,080.1	293,643.4	310,566.5	325,552.7	343,289.5	356,757.9
United Kingdom	96,709.1	109,879.6	125,493.4	136,339.1	141,237.3	148,385.7	155,654.3	157,626.7	169,839.2	176,110.3	186,116.6	203,969.4	214,673.8	232,707.8	252,167.8	266,335.2
Spain	63,666.6	72,475.8	82,299.8	90,178.3	91,433.3	95,738.1	101,134.2	104,440.6	111,325.0	117,541.3	128,015.7	136,329.3	148,584.7	164,342.6	177,896.6	192,939.0
Greece	7,217.3	8,594.3	10,068.3	11,948.9	13,552.9	15,529.4	17,590.5	19,498.5	21,972.5	24,161.2	26,104.9	30,081.4	31,467.9	34,075.8	36,787.0	40,807.3
Portugal	6,897.5	8,498.2	10,073.4	11,647.4	12,759.0	14,457.0	15,892.8	17,106.5	19,018.2	20,860.7	23,951.4	25,717.7	28,798.1	31,774.4	33,293.7	-
Ireland	5,482.6	5,989.8	6,654.4	7,190.7	7,591.5	8,333.8	8,684.8	9,497.5	10,260.0	12,775.8	14,221.5	16,875.3	19,960.1	21,979.1	24,037.8	27,011.9
Turkey	30.0	51.4	93.2	164.1	305.1	583.7	1,428.8	3,113.8	5,804.8	10,220.3	-	-	-	-	-	66,658.3
OECD - Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fig. 9 – Despesas Sociais, a preços correntes, denominadas em moeda nacional (baseado nas bases de dados estatísticas da OCDE). Fonte: http://oecd-stats.ingenta.com/OECD/TableViewer/DimView.aspx?TableName=5b1exagg.ivt&IF_Language=eng [Consultado em 30/03/2010] Em linha.

2. Correntes optimistas

As teorias que advogam uma perspectiva mais optimista em relação à evolução do Modelo Social Europeu são aquelas que acreditam que os pressupostos que concorreram para a sua sustentabilidade, anteriormente violados, poderão ser repostos. Schumpeter⁷ aborda esta perspectiva na sua difundida ideia de “*destruição criativa*”, implementada pelo recurso à inovação, através da qual se rompe com os processos e produtos do passado visando alcançar um novo paradigma tecnológico. Estas fases de desenvolvimento ou ondas de progresso, segundo o próprio Schumpeter (1939) estão na base das grandes recessões e ascensões económicas. Tal como expôs Nóbrega (físico, escritor e director da Amil Assistência Médica) na revista *Você* (1999):

(...) a terceira (eléctrica, química, motor de combustão interna) de 1900 a 1950; a quarta (petroquímica, electrónica, aeronáutica) de 1950 a 1999 e, finalmente, a quinta onda (redes

⁷ Joseph A. Schumpeter nasceu em 1883 na Áustria. Foi professor nas Universidades de Ceni e Gras, no seu país, bem como ministro das finanças. Leccionou em Harvard entre 1932 e 1950, ano de sua morte. Entre as obras mais conhecidas estão: *The Theory of Economic Development* (1912), *Business Cycles* (1939) e *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942).

digitais, softwares, novas mídias) de 1999 a 2020. (<http://www.unicap.br/marina/quinta.html>).

Analisando a figura 10, conseguimos alcançar a natureza da perspectiva otimista. Não só se depreende que, a partir da revolução industrial, assistiu-se a um crescimento exponencial do Produto Interno Bruto *per capita* (ajustado à inflação), como não se vislumbra uma fase de “arrefecimento”. O que se espera é que uma nova onda de inovação contribua para que, no mínimo, o incremento da produtividade e, portanto, dos níveis de crescimento do PIB, compense os acréscimos de custos gerados pelo envelhecimento da população ao nível do sistema de saúde, participações e serviços de apoio à velhice, das pensões de reforma e novas políticas sociais.

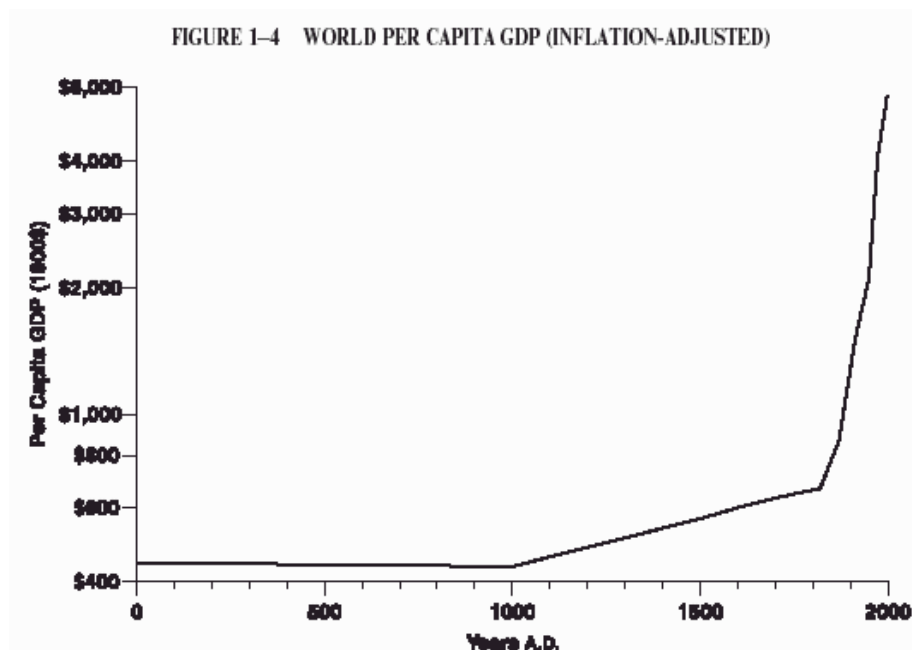


Fig. 10 – Evolução do PIB per capita ao longo de várias ondas tecnológicas (Fonte: Maddison, 2001).

Uma outra perspectiva que poderá ser considerada é a de Esping-Anderson (2009, p. 32), segundo a qual temos de mudar a perspectiva da actuação do Estado-Providência: “trata-se de passar de políticas sociais reparadoras e compensadoras para uma estratégia preventiva fundada sobre uma lógica de investimento social.”

Segundo este ponto de vista, as políticas sociais não podem ser vistas como um custo que prejudica o conhecimento, mas como um investimento que impulsiona o futuro. Financiando os investimentos necessários, em políticas de educação, saúde e coesão social, “criaremos” uma geração futura mais preparada para as necessidades da economia do conhecimento. O lema que se coloca é “preparar em vez de reparar”.

3. Opção pela perspectiva pessimista

Neste trabalho, adoptou-se uma perspectiva pessimista em relação à evolução do Modelo Social Europeu. Com efeito, admite-se, por um lado, e como Jones (2000, p. 86) refere, que é cada vez mais difícil efectuarem-se novas descobertas, inviabilizando o argumento principal das correntes optimistas. Por outro lado, não se compreenderia que um governo deixasse de tomar decisões estruturantes para o futuro de um país, com base em promessas de futuras inovações. O que está em jogo é demasiado importante para deixar de merecer a prudência de um governo. Esta perspectiva não impede — muito pelo contrário — de perguntar-se: o que fazer?

Esping-Anderson (2009, pp. 43-66) faz referência a três lições que devem ser apreendidas. Em primeiro lugar, indica-nos que devemos repensar as políticas familiares; a redução da fecundidade, o aumento do número de mulheres sem filhos, as pressões da carreira profissional para não casar e os custos elevados de criação de um filho são factos que colocarão o Estado-Providência sobre forte ameaça no futuro. Efectivamente, de todas estas constatações resulta um problema comum: o desequilíbrio entre o número de população jovem e população idosa. As políticas que permitam às mulheres e aos homens conciliar a vida profissional com a vida familiar, os apoios pecuniários (subsídios monetários) e em espécie (alimentação e higiene, por exemplo) por cada filho, o desenvolvimento de uma rede de creches e infantários que onerem residualmente os pais das crianças são medidas que permitiriam inverter a tendência de redução da fecundidade e, por essa via, do número de filhos.

Em segundo lugar, Esping-Anderson (2009, pp. 69-100) chama a atenção para um erro das sociedades ocidentais e para idade das crianças muitíssimo importante. O erro das sociedades ocidentais prende-se com uma crença extremamente enraizada que associava a desigualdade de oportunidades e de ascensão social ao enviesamento no acesso aos sistemas de ensino (Esping-Anderson, 2009, p. 78). Por outro lado, faz referência à primeira infância (idade pré-escolar), indicando-nos que muitas das motivações e capacidades de aprendizagem são talhadas nesta idade (Esping-Anderson, 2009, p. 71). Para o efeito, seria necessário reduzir o efeito rendimento sobre as oportunidades de educação e ascensão social, através de uma política de abonos que permitisse erradicar a pobreza infantil e ao mesmo tempo estimulasse as mães a trabalharem. A homogeneização dos meios de aprendizagem de qualidade, isto é, o acesso a programas de intervenção precoce por parte das crianças mais pobres, nomeadamente ao nível cognitivo e comportamental, atenuariam as divergências entre as crianças mais desfavorecidas (com acesso a recursos mais parcos) e aquelas que beneficiaram de um ambiente externo mais favorável. O grande objectivo é auxiliar as famílias a investir nos seus filhos (Esping-Anderson, 2009, p. 96).

Finalmente, Esping-Anderson (2009, pp. 103-123) elucida acerca dos desafios que as sociedades ocidentais enfrentarão, nas próximas décadas, como resultado do desequilíbrio na estrutura etária das suas populações. Chama a atenção para o perigo que pode representar um desequilíbrio entre as principais fontes de protecção social (Estado, Família e Planos de Poupança Privados), visto que solicitar às famílias que cuidem dos seus idosos poderá forçar um dos seus membros (quase sempre femininos) a abdicar de trabalhar, gerando indícios de pobreza no futuro. Para Esping-Anderson (2009, p. 112), a solução passa por uma redistribuição equitativa entre as gerações, actualmente na reforma, e as gerações que entrarão no mercado de trabalho, e ainda aquelas que já lá se encontram. Assim, com o envelhecimento da população, será de esperar, por exemplo, que a taxa de imposto sobre os rendimentos

de trabalho aumente e, ao mesmo tempo, a prestação social (pensão de velhice, por exemplo) se reduza ou não aumente como seria expectável.

4. Soluções

Conforme foi referido na introdução, apresentarei um conjunto de medidas que poderão atenuar as consequências sobre o Modelo Social Europeu decorrentes das modificações estruturais que estão a ocorrer pela maioria dos países da União Europeia. Note-se que não realizarei um confronto entre o Modelo Neoliberal e o Modelo Social Europeu, pelo que não me preocuparei em deduzir qual dos modelos é o mais aceitável. O que pretendo é descortinar medidas que atenuem a expectável queda do Modelo Social Europeu.

Para resolver este ponto, recorro ao esquema da figura 11. Aqui se encontram as principais funções atribuíveis ao Modelo Social Europeu, pelo que analisar a sua viabilidade é o mesmo que testar a capacidade dos estados assegurarem a prestação daquelas funções. O anexo 1 dá-nos conta do peso que cada uma das funções indicadas tem na despesa total do Governo da República Portuguesa. Como é possível verificar, a parcela que mais recursos consome é a “Finanças e Administração Pública”, com 7,7% do PIB, que segundo o próprio relatório inclui os pagamentos para a Caixa Geral de Aposentações, contribuição financeira para a União Europeia e subsídios e bonificações diversos; o segundo maior absorvedor de recursos é a saúde com 5,5% do PIB, seguindo-se a Segurança Social com 5,4% do PIB e a Educação com 4,3% do PIB. A Segurança Interna, Defesa e Justiça e as leis de Programação têm afectos recursos que totalizam 3,7% do PIB, enquanto que os Serviços da Dívida (Juros) contemplam 3,3% do PIB. Assim, nos surgem os grandes sorvedouros do orçamento de Estado: as pensões (Velhice), a Saúde e a Educação.

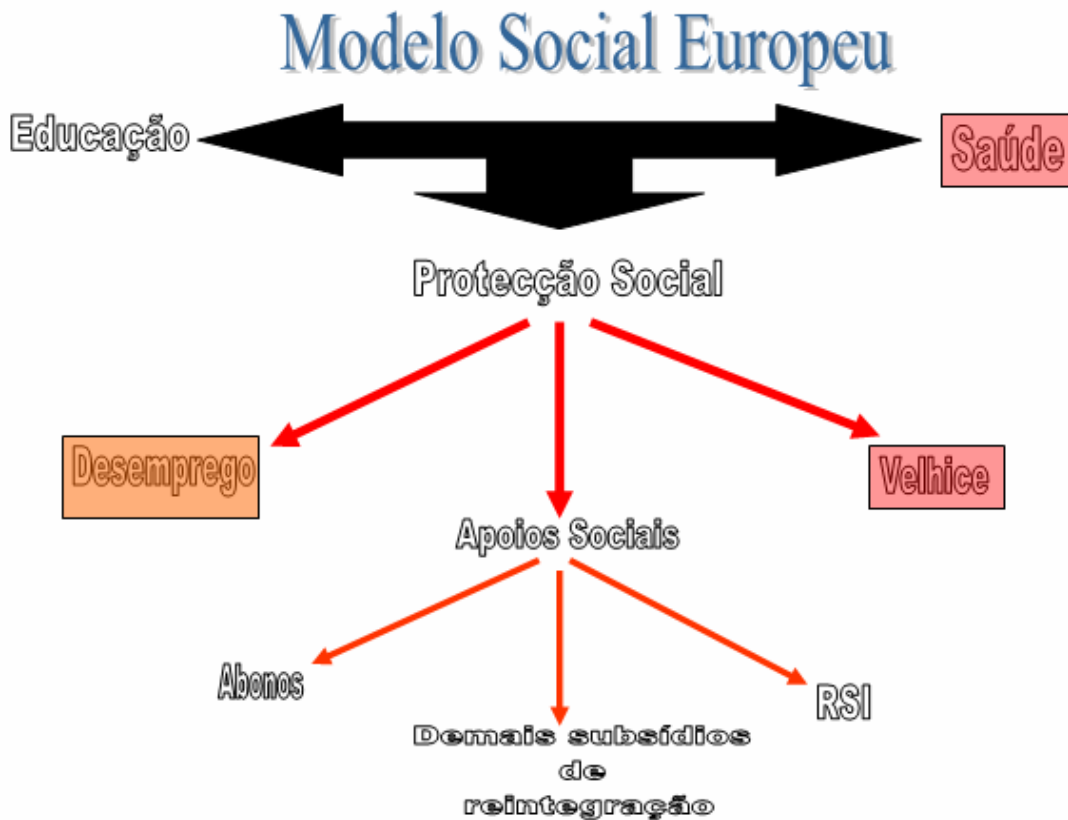


Fig. 11 – Resumo esquemático das funções do Modelo Social Europeu

O que quer que façamos, se pretendermos salvaguardar o Modelo Social Europeu temos que criar condições para garantir que estas três principais rubricas (Pensões, Educação e Saúde), não induzirão os Estados Europeus no colapso económico-financeiro.

Relativamente às Pensões, a maioria dos Estados Europeus aplicaram ou esperam aplicar um método de sustentabilidade muito semelhante. Com o evoluir das condições socioeconómicas na União Europeia, a Esperança Média de Vida (EMV) aumentou consideravelmente. Uma vez que, as idades de reforma estavam fixadas sem contemplar esta evolução, rapidamente os sistemas de pensões transmitiram sinais de fragilidade. Tendo em conta esta situação, *ceteris paribus*, muito pouco se pode fazer, visto que, o peso da população reformada no total da população é cada vez maior, impondo uma carga fiscal desmesurada sobre os contribuintes actuais. Assim, a margem de actuação

reduz-se a duas vias: aumenta-se a idade de reforma ou recebe-se uma pensão inferior àquela que receberíamos se nada se modificasse. Aumenta-se a responsabilidade dos actuais contribuintes relativamente à sua reforma.

Quanto à Educação seria inaceitável procedermos a restrições que impedissem toda a população de aceder, gratuita ou tendencialmente gratuitamente, à Educação. Alves (cit. in Teixeira *et alli*, 2010) constatou, baseando-se no Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), que existia uma relação monótona entre aumento da escolaridade e redução da pobreza, sendo que esta constatação resultava, basicamente de quatro aspectos: elevados retornos monetários da educação no mercado de trabalho, menor risco de desemprego nos estratos de escolaridade mais elevados, prevalência de maiores rendimentos no pós-vida activa e domínio dos vínculos conjugais positivamente relacionados com o nível de educação. Desta forma se compreende a necessidade de continuar a investir na Educação, algo plasmado nas palavras de Alves (cit. in Teixeira *et al.*, 2010, p. 123):

A provisão de uma educação com elevada qualidade para todos constitui a base para assegurar a cada cidadão uma participação plena na vida da sociedade e uma efectiva igualdade de oportunidades.

Finalmente, a Saúde. Este será um dos sectores da economia que mais recursos consumirão no futuro. Neste âmbito, à semelhança das Pensões, o incremento da responsabilidade de cada um e o maior envolvimento da sociedade civil serão indispensáveis para assegurar um Sistema Nacional de Saúde (SNS). Aos poucos apercebemo-nos que os mais idosos terão mais responsabilidades no futuro em salvaguardar o seu próprio bem-estar; alias, esta perspectiva é partilhada por pensadores de esquerda, como Adão e Silva (cit. in Carvalho *et al.*, 2010, p. 52):

(...) defendo que é preciso, por um lado, continuar a responder aos velhos riscos sociais – o que implica algumas rupturas, por exemplo, em termos de acessos a algumas prestações sociais – e, por outro, reorientar algumas prioridades de uma lógica reparadora de investimento social – o que requer um investimento nos activos de hoje e necessariamente alguma diminuição das garantias dadas na protecção à 3ª idade.

Quando referencio um maior envolvimento da sociedade civil, destaco o denominado Terceiro Sector. Segundo Falcão (2006, p. 164) o Terceiro Sector resume-se a uma modalidade de gestão privada de serviços públicos, na maioria das vezes indispensáveis. Este tipo de organizações com uma gestão descentralizado e desburocratizada, está fortemente enraizada numa determinada localidade, ainda que, normalmente pouco fiscalizada e avaliada pela comunidade. Note-se que procura-se fornecer bens públicos, mas de uma forma eficiente/eficaz, o que se poderá traduzir num menor dispêndio de recursos económicos. Ainda que, caiba ao Estado a concessão de determinados benefícios fiscais para estas organizações sobreviverem, não nos devemos esquecer que o Estado poupará no fornecimento de serviços públicos a Idosos, Deficientes, Prostitutas, etc. Para além das doações privadas que, em muitos casos, representam mais de 20% das receitas totais, algo que se sucede nos Estados Unidos (Falcão, 2006).

4.1. Combate à desigualdade na distribuição de rendimentos (Suécia vs EUA)

O estudo realizado por Domeij *et al.* (2006) transmite-nos uma perspectiva interessante entre os Estados Unidos e a Suécia, cujos países possuem modelos político-económicos completamente diferentes. A Suécia é o típico país enquadrável no Modelo Social Europeu, enquanto os Estados Unidos constituem a perspectiva contrária, sobretudo “menos Estado”. Os autores constataram o seguinte facto: desde 1970 até 1990, o prémio de qualificação⁸ na Suécia caiu mais de 30%, enquanto nos EUA o prémio de qualificação aumentou entre 8 e 10%; até 2002, ambos países aumentaram o seu prémio de qualificação, face a 1990, cerca de 10%, contudo a Suécia manteve-se claramente abaixo dos valores de 1970 (Fig. 12).

O que se pretende demonstrar é que uma política semelhante à Sueca permitiria diminuir as diferenças salariais, entre mais e menos instruídos, logo combateria a fraca

⁸ Os autores denominam Prémio de Qualificação (*Skill Premium*), à diferença salarial existente nos salários, do sector privado, entre trabalhadores qualificados e não qualificados, sendo que os qualificados possuem, no mínimo, três anos de Ensino Superior na Suécia ou um total de 16 anos de escolaridade nos Estados Unidos.

distribuição de rendimentos, em Portugal, e dessa forma a necessidade das pessoas recorrerem ao Estado para garantir o mínimo de subsistência.

Como se pode verificar, tomando por base o ano de 1970, a Suécia apresenta ao longo de toda a série valores inferiores a 1, isto é, o prémio de qualificação dos anos posteriores a 1970 nunca foram superiores ao do ano base. Comparando com os EUA, verifica-se precisamente o contrário, ou seja, o índice esteve sempre acima de 1.

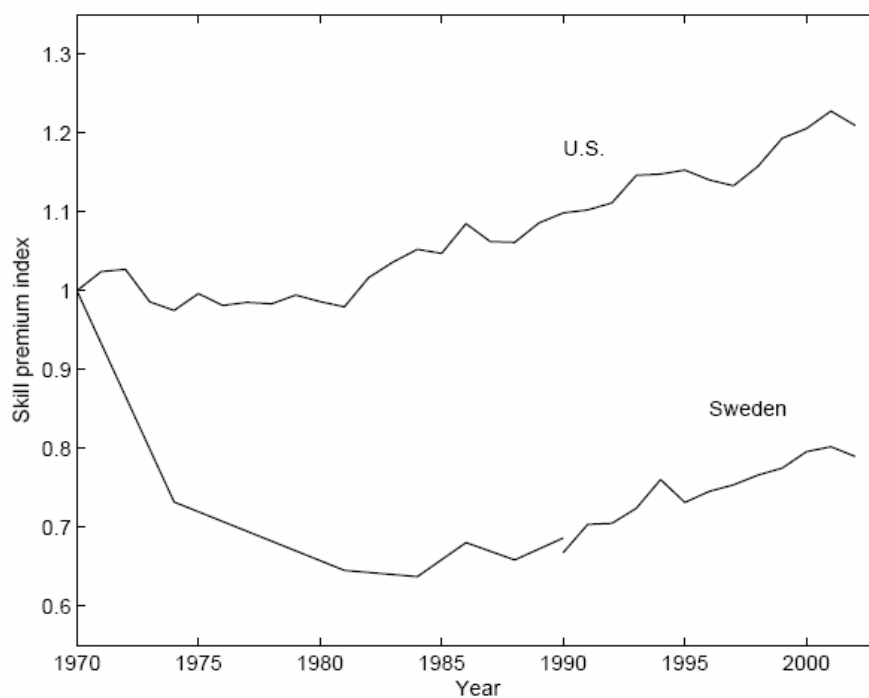


Fig. 12 – Prémio de qualificação na Suécia e nos Estados Unidos no sector privado. (A quebra em 1990 na Suécia resulta de mudanças de classificação no sistema Sueco) (Fonte: Domeij *et al.*, 2006).

Para Domeij *et al.* (2006) a queda do prémio de qualificação resulta de uma política de contratação para o sector público de trabalhadores com baixos índices de formação. Desta forma, restringe-se a oferta deste tipo de trabalhadores no sector privado, forçando as suas remunerações a aumentarem; por outro lado, o nº de trabalhadores qualificados aumentou na Suécia, de 1970 a 2002, 435%, contra os 193% dos EUA. Os trabalhadores mais qualificados eram, assim, direccionados maioritariamente para o sector privado contribuindo para a sua competitividade, enquanto os seus salários eram

superiores aos dos trabalhadores não qualificados, mas apenas ligeiramente, dada a sua relativa abundância.

Parte II. Estudo Empírico

Capítulo I. Aspectos Metodológicos

A obra de Quivy e Campenhoudt (1998), serviu de base na elaboração da componente metodológica desta dissertação, pela clareza e objectividade que os autores colocam na obra e também pela visão global que pretendem transmitir de todo o processo de produção do conhecimento científico. Certamente que não abordam tão intensamente todas as etapas como seria desejável, mas colmatou-se essa limitação com a leitura/estudo de outras obras.

A investigação terá uma componente descritiva e correlacional. Descritiva, porque descrever-se-á o fenómeno da percepção dos portugueses face à evolução do Modelo Social Europeu, bem como se identificarão as variáveis e serão inventariados os factos em estudo. Correlacional, porque se tentará descobrir interacções entre as variáveis e os diferentes grupos sociais.

1. Método Utilizado ou *Continuum* metodológico

A escolha da metodologia apropriada é fundamental para a prossecução da nossa investigação, porque nos permite definir com clareza os métodos e critérios utilizados na pesquisa.

Neste trabalho, a metodologia seguida é essencialmente qualitativa, pois tal como cita Poupard (cit. in Lessard-Héber *et al*, 1990, p. 99) a metodologia qualitativa é um processo fundamentalmente indutivo. Portanto, como o enfoque é qualitativo, procura-se descrever, explicar e compreender os factores que influenciam a percepção dos portugueses quanto à evolução do Modelo Social Europeu. A abordagem empirista/qualitativa, tal como refere Martins, G. (2007, p. 40), apresenta-se da seguinte

forma: (...) A ciência é vista como uma descrição dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções.

Porventura, como refere Lessard (1990, p. 33), uma investigação não tem que ser só qualitativa ou quantitativa, pois uma não substitui a outra. Posto isto, seguimos uma perspectiva de *continuum* metodológico entre uma abordagem qualitativa e quantitativa. Duffy (1987, p. 131) descreve as vantagens da utilização conjunta dos dois métodos de estudo, anotando os potenciais efeitos positivos da sua agregação: congrega-se a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenómeno (métodos qualitativos), completa-se um conjunto de factos e causas associados à utilização de um método qualitativo com uma visão dinâmica da natureza, enriquece-se as constatações obtidas dentro do contexto natural da sua ocorrência e reafirma-se a validade das descobertas alcançadas pela implementação de técnicas diferenciadas.

O estudo seguirá, então, também uma via quantitativa, visto que, será necessário medir/mensurar as variáveis que oportunamente serão indicadas. Importa contudo referir que se adoptou estas duas metodologias porque o objecto de estudo (características e natureza) a isso o obriga, e não por uma qualquer imposição do tipo “*benchmark*” (Martins, G. *et al.*, 2007, p. 83).

2. Técnicas Metodológicas

2.1. Qualitativas (Pesquisa Documental)

Para o estudo dos conceitos (Percepção e Modelo Social Europeu) procedeu-se a uma intensa pesquisa documental, ou seja, enveredou-se pelo exame a materiais de natureza diversa (jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios, etc) procurando-se descortinar novas interpretações ou interpretações complementares do objecto de estudo. A utilização desta técnica

qualitativa, não provém do acaso, muito pelo contrário. Resulta das vantagens óbvias da sua utilização no estudo de determinados fenómenos. Bailey (1982) numerou algumas dessas vantagens, tais como: permite estudar pessoas às quais não temos acesso físico, as fontes de informação são não reactivas (não havendo o perigo dos sujeitos comportarem-se forma distinta sob a investigação) e é uma das melhores formas de se identificarem tendências em fenómenos que decorrem por longos períodos de tempo.

2.2. Técnicas Quantitativas (Inquérito por Questionário)

Os dados para proceder à análise quantitativa do objecto de estudo provirão do inquérito por questionário (Anexo 2) lançado à população alvo, isto é, aos cidadãos de Santa Maria da Feira com mais de 18 anos. Evidentemente que não inquirimos todos os cidadãos, maiores de idade, portugueses visto que isso seria impraticável, quer em termos materiais, quer em termos logísticos, pelo que os inquéritos foram colocados a uma amostra aleatória.

Realizou-se um exaustivo estudo quantitativo das variáveis em estudo. A estatística descritiva (médias, desvios-padrão, medianas, amplitudes, etc.) para caracterizar a amostra e a estatística inferencial (estimação intervalar, pontual, testes de hipóteses e regressão linear múltipla) para efectuar extrapolações e detectar correlações entre as variáveis. O sistema operativo utilizado foi o Excel e o Eviews.

3. Variáveis e Hipóteses

3.1. Variáveis

— Variável Dependente: A variável dependente é constituída pelos valores dos fenómenos a serem explicados (Marconi, 2008, p. 189), pelo que definiu-se como variável dependente a percepção dos portugueses face à evolução do Modelo Social Europeu.

— Variáveis Independentes: São constituídas pelos valores das variáveis, factores ou factos que influenciam o fenómeno a ser explicado (Marconi, 2008, p. 189). Logo, constituí como variáveis independentes a capacidade dos Estados para assegurarem o pagamento das reformas, capacidade dos Estados para manterem uma alta cobertura do subsídio de desemprego face ao último salário, capacidade dos Estados para manterem apoios à natalidade, capacidade dos Estados para manterem a saúde e educação tendencialmente gratuitas e capacidade dos Estados actuarem como reguladores/estabilizadores da actividade económica (fig. 13). Cada uma das variáveis independentes terá a classificação de -1, 0 ou 1 consoante a resposta seja “Piorará”, “Manter-se-á” ou “Aumentará”, respectivamente. A classificação obtida para a variável dependente será fruto da média aritmética simples dos resultados das variáveis independentes, situando-se os valores da percepção entre -1 e 1. Se o resultado for -1, então a percepção dos portugueses em relação à evolução do Modelo Social Europeu é negativa, se for 0 é neutra e se for 1 é positiva.

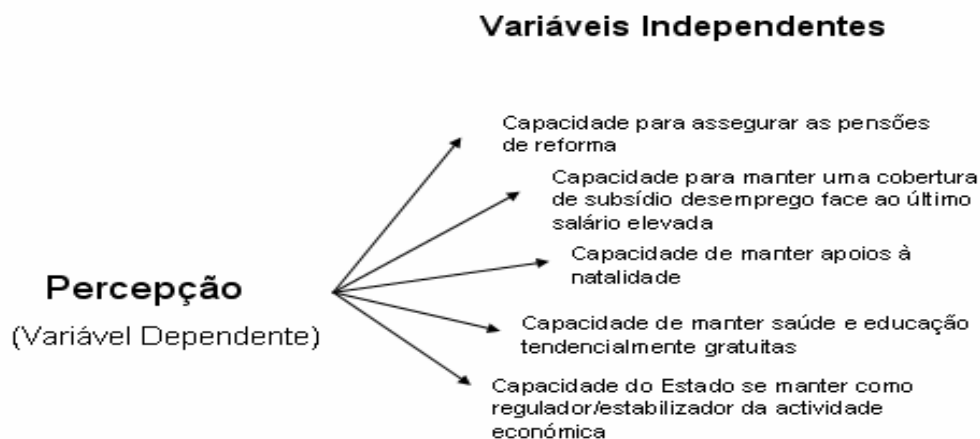


Fig. 13 – Variável Dependente e Variáveis Independentes da investigação

As condições socioeconómicas serão mensuradas através das perspectivas de trabalho que terão a classificação de -1, 0 e 1 consoante as perspectivas de trabalho sejam

nenhumas, algumas ou muitas, respectivamente. O histórico de apoios estaduais terá a classificação de 1 ou -1, caso a resposta seja “não, não recebi” ou “sim, já recebi”, respectivamente⁹. A média aritmética simples destes dois indicadores fornecer-me-á a classificação da condição socioeconómica que será “boa”, “indiferente” ou “má”, consoante a respectiva pontuação seja 1, 0 ou -1.

3.2. Hipóteses

Tal como explanou Trujilio (cit. in Marconi, 2008, p. 137) as hipóteses não são mais do que respostas provisórias ao problema/fenómeno que estamos a estudar, pelo que as hipóteses que decidi testar serão provenientes dos factores que assumimos que influenciam a percepção dos portugueses em relação à evolução do Modelo Social Europeu (fig. 14). Assim sendo, testaremos as hipóteses da Condição Socioeconómica, do Género, da Idade, do Grau de Escolaridade e da Actuação dos sucessivos governos influenciarem significativamente a Percepção dos portugueses sobre a evolução do Modelo Social Europeu.

⁹ Esta classificação resulta do seguinte pressuposto: um indivíduo que nunca tenha auferido apoios estaduais ao nível do Subsídio de Desemprego, Rendimento Social de Inserção ou Apoios Escolares, muito provavelmente estará em melhores condições socioeconómicas do que aqueles que auferiram quaisquer um dos referidos apoios.

Factores determinantes

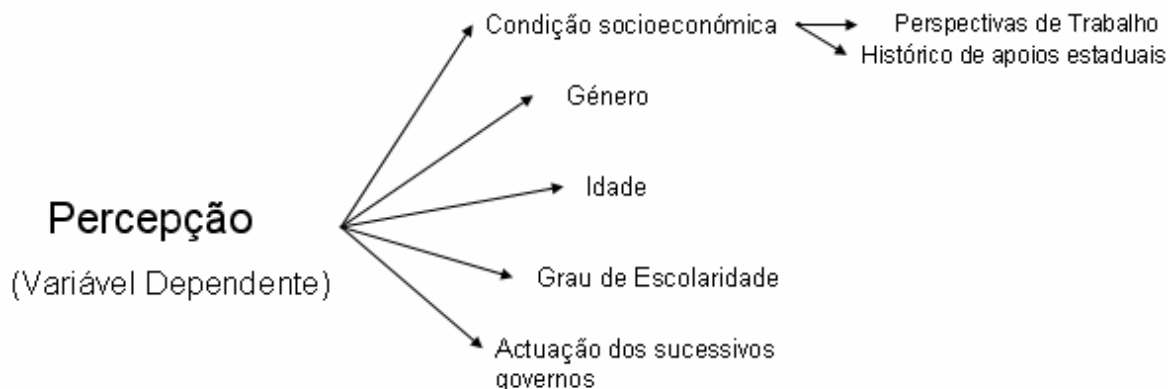


Fig. 14 – Factores que influenciam a percepção dos portugueses

Não seria de todo oportuno que as hipóteses fossem testadas como meras relações individuais dos factores determinantes para a percepção dos portugueses, pois ainda que essas relações fossem confirmadas, não conheceríamos as interacções entre os factores determinantes. Assim, estabeleci as relações presentes na figura 15, onde se depreende que as condições socioeconómicas e o grau de escolaridade se influenciam mutuamente e positivamente, pois está comprovado empiricamente que associado a mais elevados níveis de educação correspondem oportunidades de emprego superiores em quantidade e qualidade. Esta assunção é comprovada pelo estudo de Budría e Pereira (2002) onde revelam que por cada ano adicional de escolaridade existem retornos positivos, ao nível dos rendimentos salariais, ainda que diferentes de país para país e com alguma dispersão entre grupos com o mesmo nível de escolaridade. Por sua vez, o INE através do Inquérito às Despesas das Famílias (2008), detectou uma evidente transmissão intergeracional da educação, isto é, os filhos de pais com maiores níveis educacionais tendem a ter elevados níveis de educação, enquanto os filhos de pais com menores níveis educacionais tendem a possuir, também, baixos níveis de educação. Por outras palavras, pais com maior escolaridade, tendencialmente possuem mais rendimentos,

logo proporcionarão aos seus descendentes maiores possibilidades de instrução e progressão no ensino.

Por sua vez, tanto a condição socioeconómica como o nível de educação afectarão as crenças/preconceitos que os portugueses formulam sobre a actuação dos políticos, porque, por um lado, as aspirações dos cidadãos e respectivas opiniões sobre a classe política variam de acordo com a situação económica dos indivíduos e, por outro lado, níveis de escolaridade mais elevados garantem que algumas ideias preconcebidas (erroneamente ou não) sejam clarificadas. A idade e o género não são, verdadeiramente, determinantes para a percepção dos portugueses, à primeira vista; apenas as introduzo para averiguar se existem ou não, relações entre estas e as percepções formuladas.

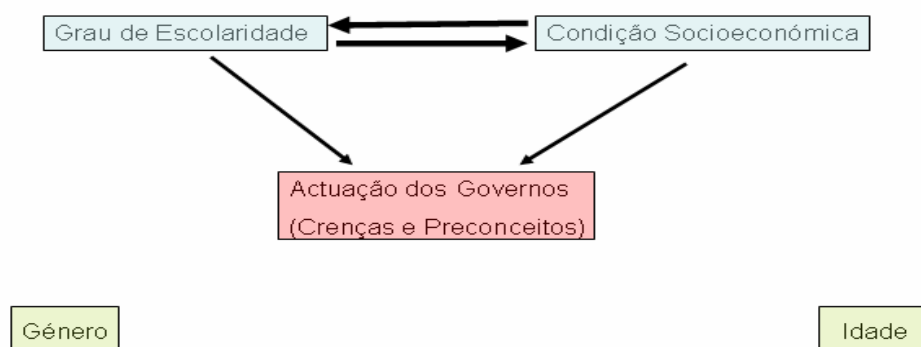


Fig. 15 – Relações entre factores determinantes da percepção

As hipóteses são passíveis de serem refutadas, porque ao contrário do que se possa pensar, a irrefutabilidade de uma teoria não é uma virtude, pelo contrário, é um vício. Apesar disto, as hipóteses e a correspondente teoria que formulam não deixam de ter alguma solidez.

4. Limitações

Para além da limitação resultante da população inquirida circunscrever-se a uma pequena região do norte do país, impedindo que se tomem conclusões muito mais abrangentes, existe outro inconveniente no estudo proveniente do Método utilizado. O método hipotético indutivo procura encontrar regularidades através das observações que efectua sobre o objecto estudo empírico e, se essas regularidades forem bastante sólidas, procura inferir leis. Mas como observou Echeverría (1999, p. 91) mesmo que um fenómeno X ocorra sempre que um acontecimento Y se suceda ($Y \rightarrow X$), em 100 observações, não podemos inferir que à centésima primeira observação que aquela “lei” se sucederá.

Apesar de tudo, não podemos ter um sentimento extremista de desprezo por este método, sobretudo quando a evidência de regularidade é significativa. Caso contrário, podemos cair no ridículo. Veja-se o seguinte exemplo: a premissa “A espécie humana é constituída apenas por homem e mulher” é verdadeira provisoriamente, pois não temos forma de a comprovar, isto é, não é possível observar todos os elementos constituintes da população para determinar aquela premissa como verdadeira. Apenas a podemos falsificar (Alves-Mazzoti & Gewandsznajder, 1998), isto é, se encontrarmos um elemento da espécie humana que não seja homem ou mulher, aquela premissa será falsa.

Capítulo II. Análise dos resultados

1. Caracterização da População

A amostra é constituída por 157 indivíduos residentes em Santa Maria da Feira, de ambos os sexos, cujas idades são superiores a 18 anos.

A amostra é constituída por 81 Mulheres (52%) e 76 Homens (48%) (Fig. 16), não existem inquiridos sem escolaridade, sendo que estão homogeneamente distribuídos pelos restantes estádios de escolaridade (Fig. 17).

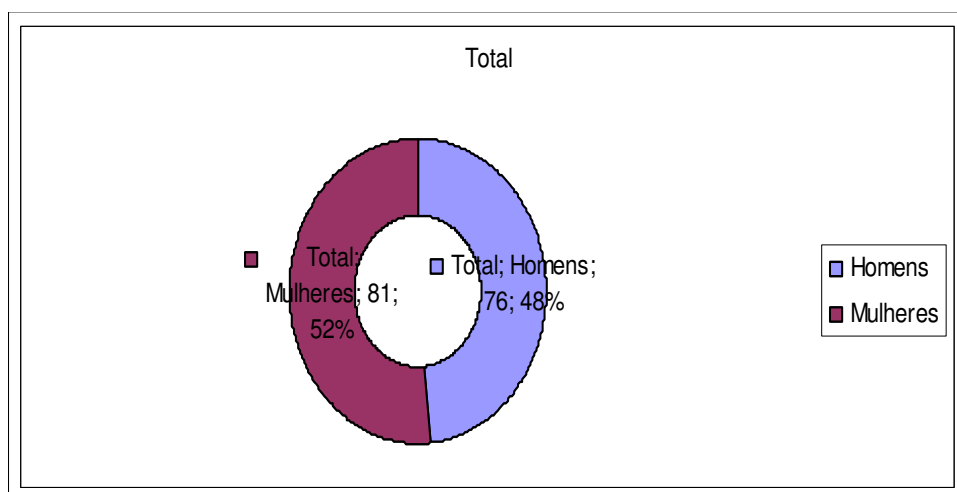


Fig. 16 – Distribuição dos inquiridos por género

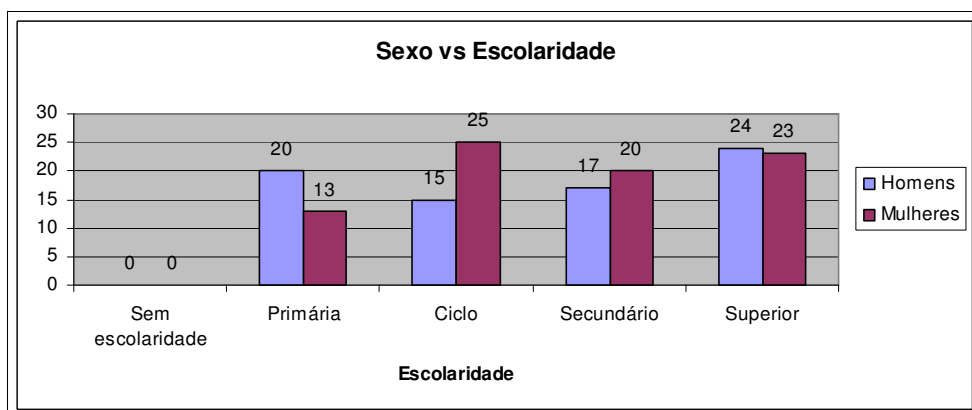


Fig. 17 – Distribuição dos inquiridos por grau de escolaridade e género

Os inquiridos pertencem maioritariamente ao grupo etário dos [35;44] anos, sendo também neste grupo que as mulheres se apresentam em maior número, à semelhança do grupo etário [45;54] anos. Os homens apresentam a sua maior constituição no grupo etário dos [18;24] anos e estão em maioria nos grupos [25;34] anos e mais de 55 anos.

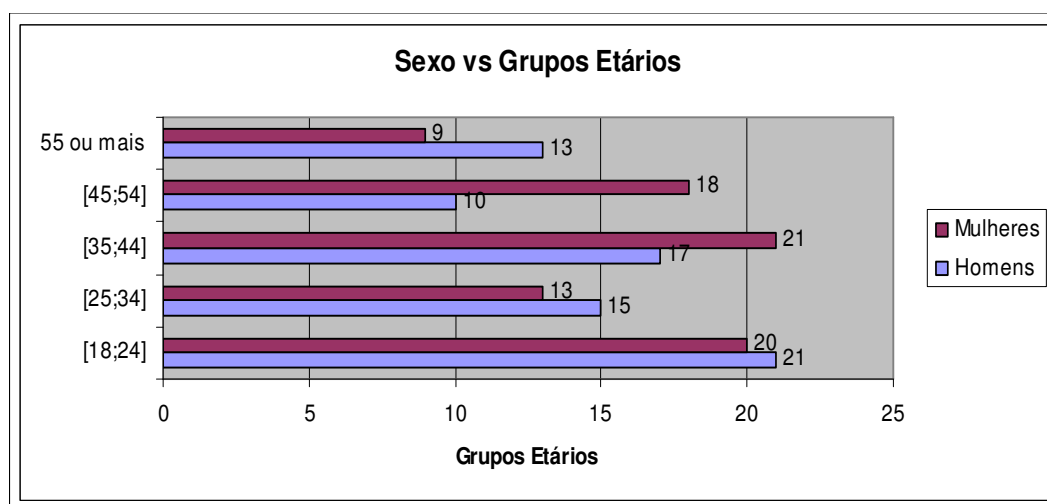


Fig. 18 – Composição dos grupos etários por género

2. Interpretação/Leitura dos resultados

Como era expectável, entre os 18 e 24 anos, existe o maior número de pessoas com Ensino Superior e Ensino Secundário, sendo que no grupo etário seguinte que se encontra o segundo maior número de indivíduos a frequentar o Ensino Superior. Igualmente aguardado é a presença maioritária de inquiridos com o Ciclo nos grupos etários [35;44] e [45;54]. O grupo etário dos inquiridos com mais de 55 anos tem 16 pessoas com a Primária e apenas uma com Ensino Superior (Fig. 19).

A visão que os Feirenses detêm sobre a actuação dos políticos é claramente negativa. Sessenta homens e cinquenta e quatro mulheres consideram “Má” a actuação dos políticos, cingindo-se apenas a três homens e duas mulheres a atribuição de “Boa” à actuação dos políticos (Fig. 20).

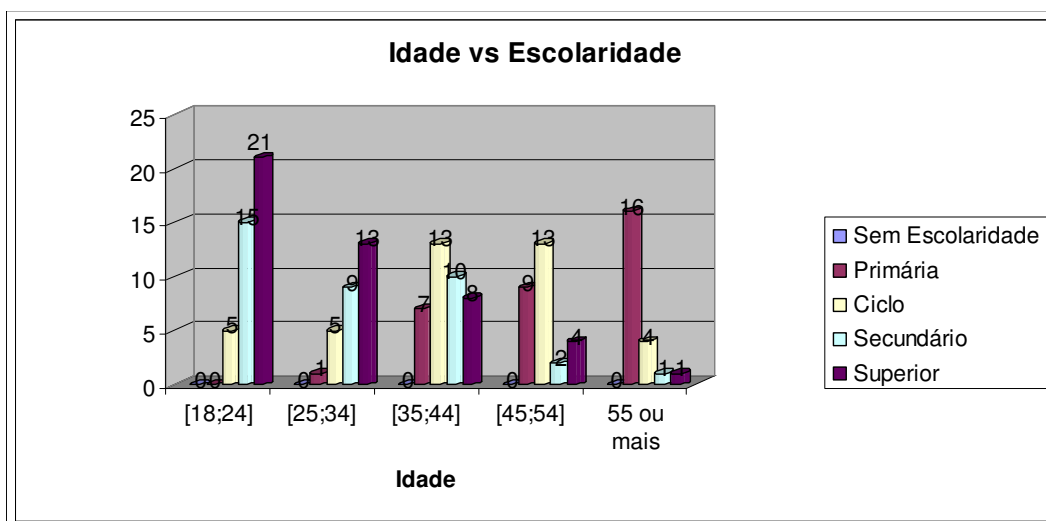


Fig. 19 – Escolaridade por grupo etário

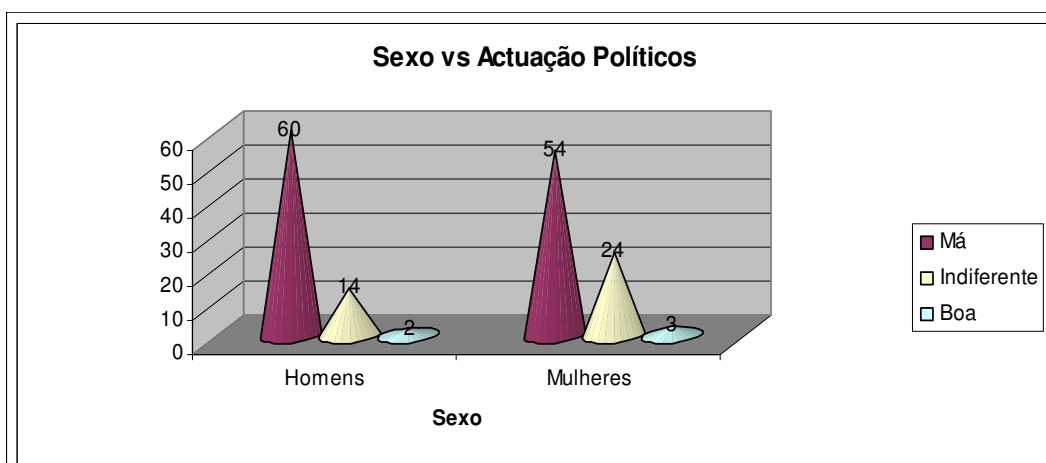


Fig. 20 – Perspectiva sobre a actuação dos políticos por género

Ao nível das perspectivas de trabalho, são os homens os mais optimistas, visto que dezasseis inquiridos do sexo masculino afirmam possuir “Muitas” perspectivas contra apenas sete do sexo feminino, mas também são os homens que mais indicam possuir “Nenhumas” perspectivas de trabalho. Ainda assim o espírito é de expectativa, dado que a maioria dos inquiridos, em ambos os sexos, definiu possuir “Algumas” perspectivas (Fig. 21). É no grupo etário dos [18;24] que essa expectativa é maior, visto que vinte e nove inquiridos responderam possuir “Algumas” perspectivas, sendo esta classificação

predominante em todos os grupos. Os que possuem o maior número de “Muitas” perspectivas são aqueles que estão no grupo etário [25;34] anos.

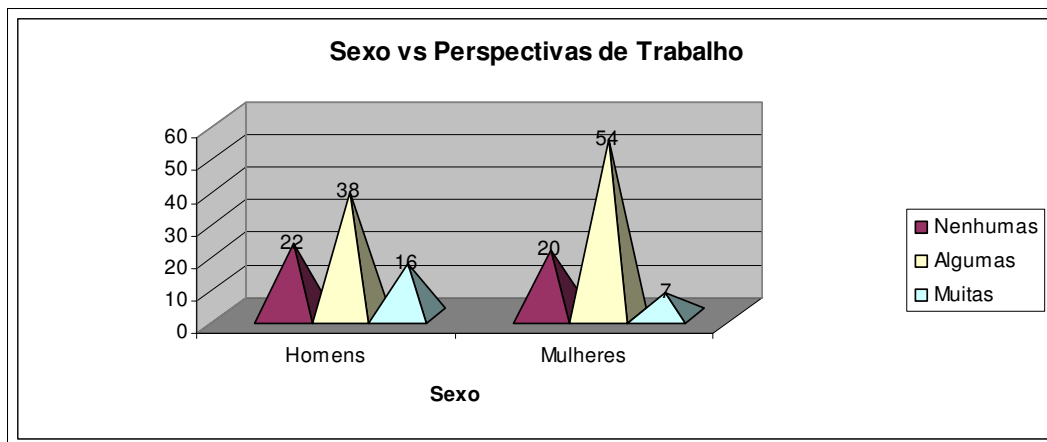


Fig. 21 – Perspectivas de trabalho por género

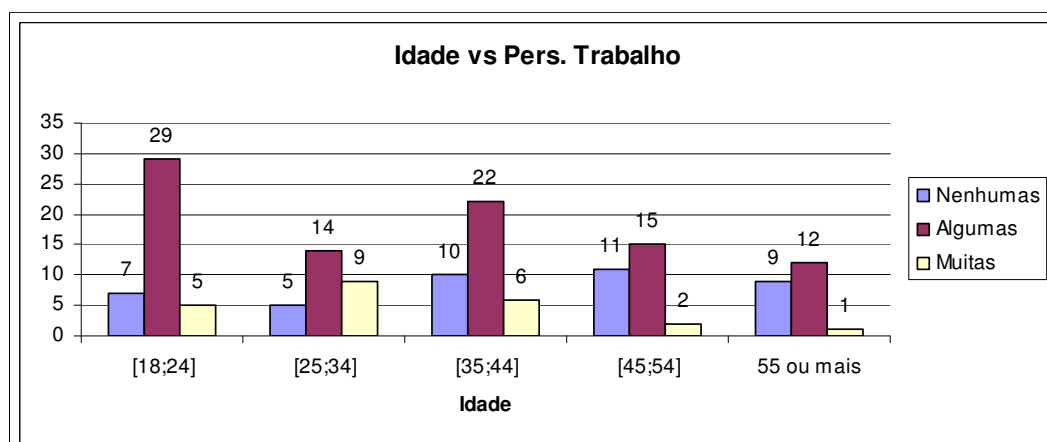


Fig. 22 – Perspectivas de trabalho por grupo etário

Facilmente se deprende que é através do acesso ao Ensino Superior que mais perspectivas de trabalho existem, visto que estão em maioria nas atribuições “Muitas” e “Algumas” perspectivas. Os inquiridos que apenas possuem a Primária estão resignados, não fossem eles os que mais indicam não possuir perspectivas de trabalho e nem um indicar que possui “Muitas” perspectivas (Fig. 23).

São as pessoas com formação superior que mais contestam a actuação dos políticos, mas também são aqueles que mais valorizam a sua actuação, apesar de o fazerem de forma residual (apenas três consideram boa a sua actuação). A “Indiferença” face à actuação é bastante semelhante a todos os estádios de escolaridade, mas prevalece inequivocamente a perspectiva de “Má” actuação em todos os graus de ensino (Fig. 24).

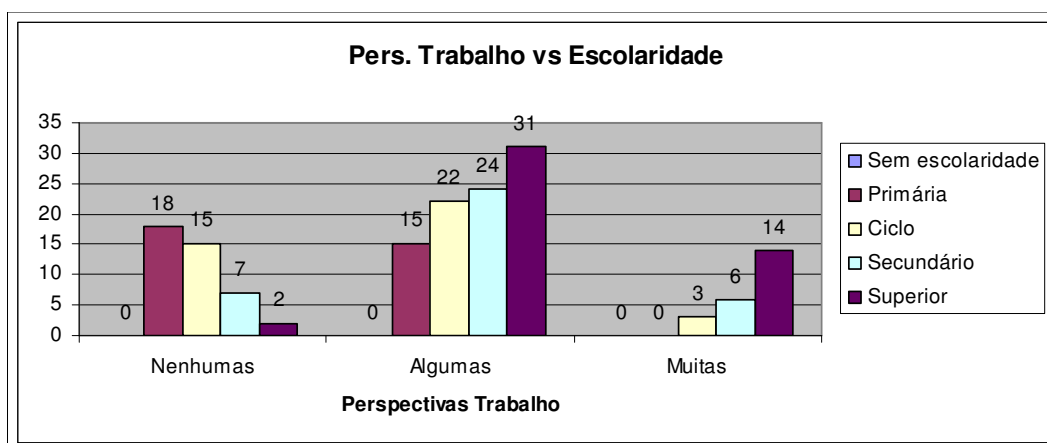


Fig. 23 – Perspectivas de trabalho por grau de escolaridade

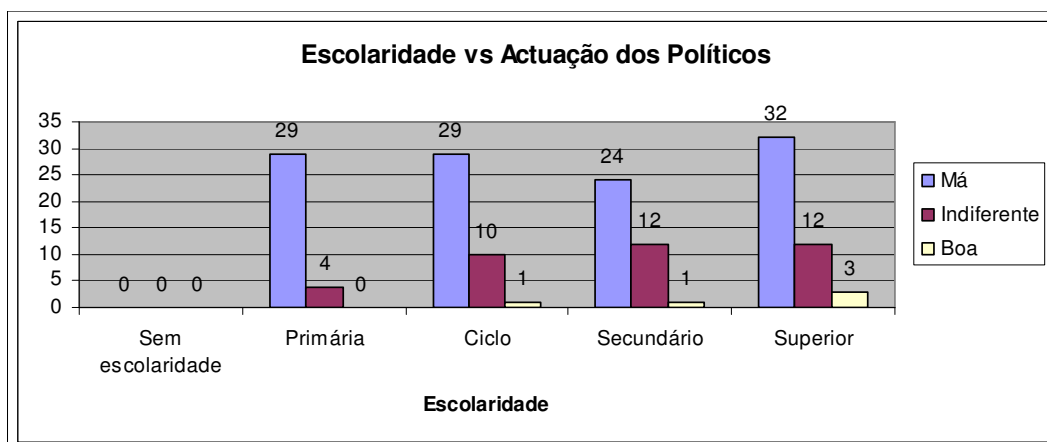


Fig. 24 – Classificação da actuação dos políticos segundo diferentes graus de escolaridade

Como era o grupo etário dos [18;24] anos que mais inquiridos com o Ensino Superior continha e, ao mesmo tempo, os estudantes do Ensino Superior aqueles que mais contestavam e valorizavam a actuação dos políticos, isso reflecte-se quando analisamos

as perspectivas dos diferentes grupos etários sobre a actuação dos políticos. É no grupo etário dos [18;24] que mais se valoriza a actuação daqueles, ainda que de forma residual, sendo o segundo escalão etário que mais contesta a sua actuação, visto que o primeiro pertence ao grupo etário dos [35;44].

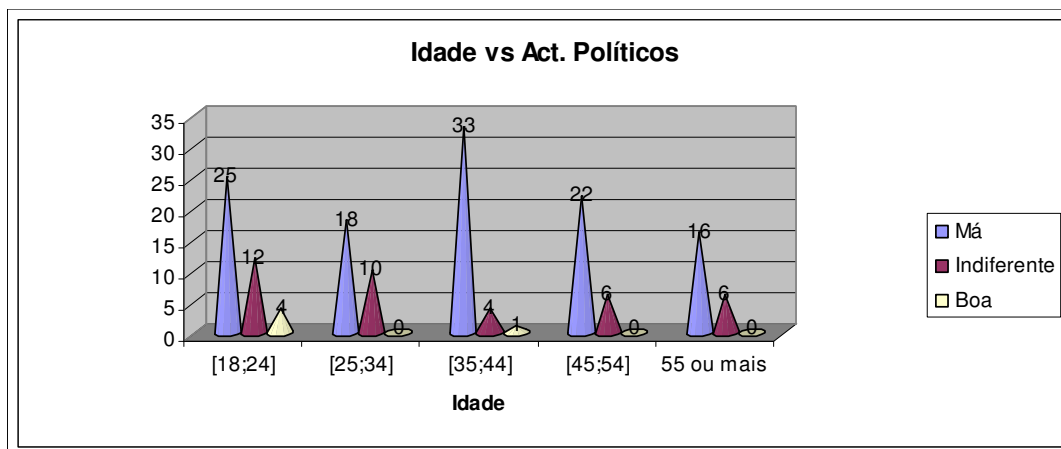


Fig. 25 – Classificação da actuação dos políticos mediante grupos etários

3. Verificação estatística dos resultados

3.1. Estatísticas Descritivas

Inicialmente apresentou-se as estatísticas descritivas das variáveis “Percepção” (Variável Dependente), “Capacidade em assegurar Pensões de Reforma” (Variável Independente), “Capacidade para manter a cobertura do subsídio de desemprego face ao último salário” (Variável Independente), “Capacidade de manter Apoios à Natalidade” (Variável Independente), “Capacidade de manter a Saúde e Educação tendencialmente gratuitas” (Variável Independente), “Capacidade do Estado em se manter como regulador/estabilizador da actividade económica” (Variável Independente) e “Condições Socioeconómicas” (Variável de Controle).

“Percepção”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,5465	-0,6	-0,4	0,318958373	0,2	-1

“Capacidade em assegurar Pensões de Reforma”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,66879	-1	-1	0,511265	1	-1

“Capacidade para manter a cobertura do subsídio de desemprego face ao último salário”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,7515924	-1	-1	0,462102927	1	-1

“Capacidade para manter os Apoios à Natalidade”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,19108	0	0	0,64185	1	-1

“Capacidade para manter a Saúde e Educação tendencialmente gratuitas”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,5159236	-1	-1	0,594904598	1	-1

“Capacidade do Estado em se manter como regulador/estabilizador da Act. Económica”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,6050955	-1	-1	0,5965495	1	-1

“Condição Socioeconómica”					
Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
-0,17197	0	0	0,530219402	1	-1

Segundo Spiegel (1993, p. 67-71), a média é um valor típico de um conjunto de dados, a moda é o valor que ocorre com maior frequência, a mediana é o valor central de um conjunto de números organizados por ordem crescente ou decrescente, o desvio-padrão

indica-nos os desvios médios das observações face à média e os máximos e mínimos, como o seu nome indica, transmitem-nos o valor máximo e mínimo da amostra assumido pela variável em estudo.

Da análise destas estatísticas ressalva-se o seguinte: não existe uma única variável que detenha a Média positiva, as Medianas nunca superam o zero, a Moda é sempre igual à Mediana (excepcionalmente na “Percepção”), os Desvios-Padrão são naturalmente positivos e bastante próximos entre si e os Máximos e Mínimos assumem, em todas as variáveis, o valor 1 e -1, respectivamente, como seria de esperar, visto que as variáveis só podiam assumir valores entre 1 e -1.

Interpretando as Médias apercebemo-nos que a Percepção, dos habitantes de Santa Maria da Feira, face à evolução do Modelo Social Europeu é claramente negativa. Os inquiridos estão especialmente pessimistas relativamente à capacidade do Estado assegurar a cobertura actual do Subsídio de Desemprego face ao último salário e em assegurar as Pensões de Reforma futuras. Mais favorável, ainda que com um *Outlook* negativo, é a capacidade do Estado assegurar/manter Apoios à Natalidade.

As Medianas e Modas apresentam os mesmos valores, à excepção da “Percepção”, essencialmente por dois motivos: assumiam valores compreendidos entre o mesmo intervalo e a obtenção dos seus valores não está dependente de quaisquer rácios, produtos, somas ou subtracções. Evidentemente, sendo a estatística “Percepção” proveniente de uma soma e posterior quociente, dificilmente a sua Moda e Mediana poderiam ser iguais. Ainda da análise da “Percepção” destaco que o valor máximo foi 0.2, ou seja, um valor muito próximo de uma percepção “neutra” face à evolução do Modelo Social Europeu.

Segue-se o cálculo do Coeficiente de Correlação Linear entre a variável “Percepção” e as diferentes variáveis em estudo, com o intuito de se apreciarem potenciais relações positivas, negativas ou neutras entre as variáveis. Se o valor do Coeficiente de Correlação estiver entre zero e um, então as variáveis variam no mesmo sentido; se

estiver entre um negativo (-1) e zero, então as variáveis variam em sentidos opostos; se for um (1) então as variáveis variam no mesmo sentido e na mesma proporção, logo se for um negativo (-1) variam em sentidos opostos e na mesma proporção; se for zero, as variáveis são independentes. No anexo 3 podemos verificar como se efectua o cálculo.

Coeficiente de Correlação entre a “Percepção” e as variáveis:							
Sexo	Idade	Condições Socioeconómicas	Reforma	Subsídio Desemprego	Apoios Natalidade	Saúde e Educação	Regulação da Economia
0,0374	-0,005	0,06233	0,4488	0,4921	0,6577	0,612607	0,588987

Interpretando, brevemente, os dados expostos na tabela destaca-se a correlação negativa entre idade e a “Percepção”, embora praticamente nula. As restantes variáveis assumem uma correlação positiva e forte com a “Percepção”, à excepção, da variável “Sexo” que assume valores muito próximos de zero, isto é, revelando que o género dos indivíduos e a Percepção dos Feirenses sobre a evolução do Modelo Social Europeu são, praticamente, independentes.

4. Inferência Estatística

A inferência estatística procura caracterizar a população (totalidade dos elementos de uma variável), a partir de uma amostra dessa população.

4.1. Intervalos de Confiança

De seguida, apresento os Intervalos de Confiança, com 95% de confiança, para a Percepção, Condições Socioeconómicas, Actuação dos Políticos, Capacidade do Estado assegurar as Pensões de Reforma, Capacidade do Estado manter a cobertura do Subsídio de Desemprego face ao último salário, Apoios à Natalidade, Saúde e Educação tendencialmente gratuitas e Regulação/Estabilização da economia. Desta forma, com

um nível de confiança de 95%, conhecerei entre que valores se situam as referidas variáveis na população, isto é, nos habitantes de Santa Maria da Feira.

No anexo 5 pode-se verificar como se realiza o cálculo dos Intervalos de Confiança.

Intervalos de Confiança (Nível de Confiança de 95%)							
Percepção	Condições Socioeconómicas	Actuação dos Políticos	Pensões de Reforma	Cobertura Subs. Desemprego	Apoio à Natalidade	Saúde e Educação	Regulação da Economia
-0,50463	-0,10235999	-0,62511	-0,60167	-0,69093	-0,10681	-0,4378	-0,52678
-0,58838	-0,24158001	-0,76349	-0,73591	-0,81226	-0,27535	-0,5941	-0,68341

Da leitura dos dados depreende-se que os Feirenses, em média, apresentam uma perspectiva pessimista sobre a evolução do Modelo Social Europeu, sendo que esse estado de espírito será essencialmente influenciado pela incredulidade perante a capacidade do Estado assegurar a taxa de cobertura do Subsídio de Desemprego face ao último salário e perante a capacidade do Estado assegurar o pagamento das Pensões de Reforma no futuro. Ainda assim, em média e com um nível de confiança de 95%, todas as variáveis independentes (influenciadoras da Percepção) contribuem negativamente para a Percepção dos Feirenses.

4.2. Regressão Linear Múltipla

Para enriquecer a interpretação estatística dos dados referentes ao estudo, elaborou-se uma Regressão Linear Múltipla através do programa econométrico Eviews, pelo Método dos Mínimos Quadrados. Utiliza-se este método em concreto, porque é a garantia que os estimadores serão aqueles que possuem a variância mínima dentro dos centrados e lineares (BLUE – *Best Linear Unbiased Estimator*), isto é, são os mais consistentes.

Conforme se pode verificar na figura 26, inclui na regressão as variáveis de controlo (Sexo, Idade, Condição Socioeconómica e Actuação dos Políticos) para averiguar até

que ponto influenciavam a variável “Percepção”. Destaca-se que os coeficientes das variáveis de controlo são extremamente baixos, indicando-nos que a “Percepção” não é significativamente influenciada por aquelas variáveis, ou seja, o facto de ser homem ou mulher, ter 18 ou 55 anos, estar numa situação socioeconómica mais ou menos vantajosa e considerar a actuação dos políticos boa ou má, é praticamente indiferente. Por outro lado, as variáveis definidas no estudo como variáveis independentes afectam a “Percepção”, todas elas, exactamente em 0,2 pontos.

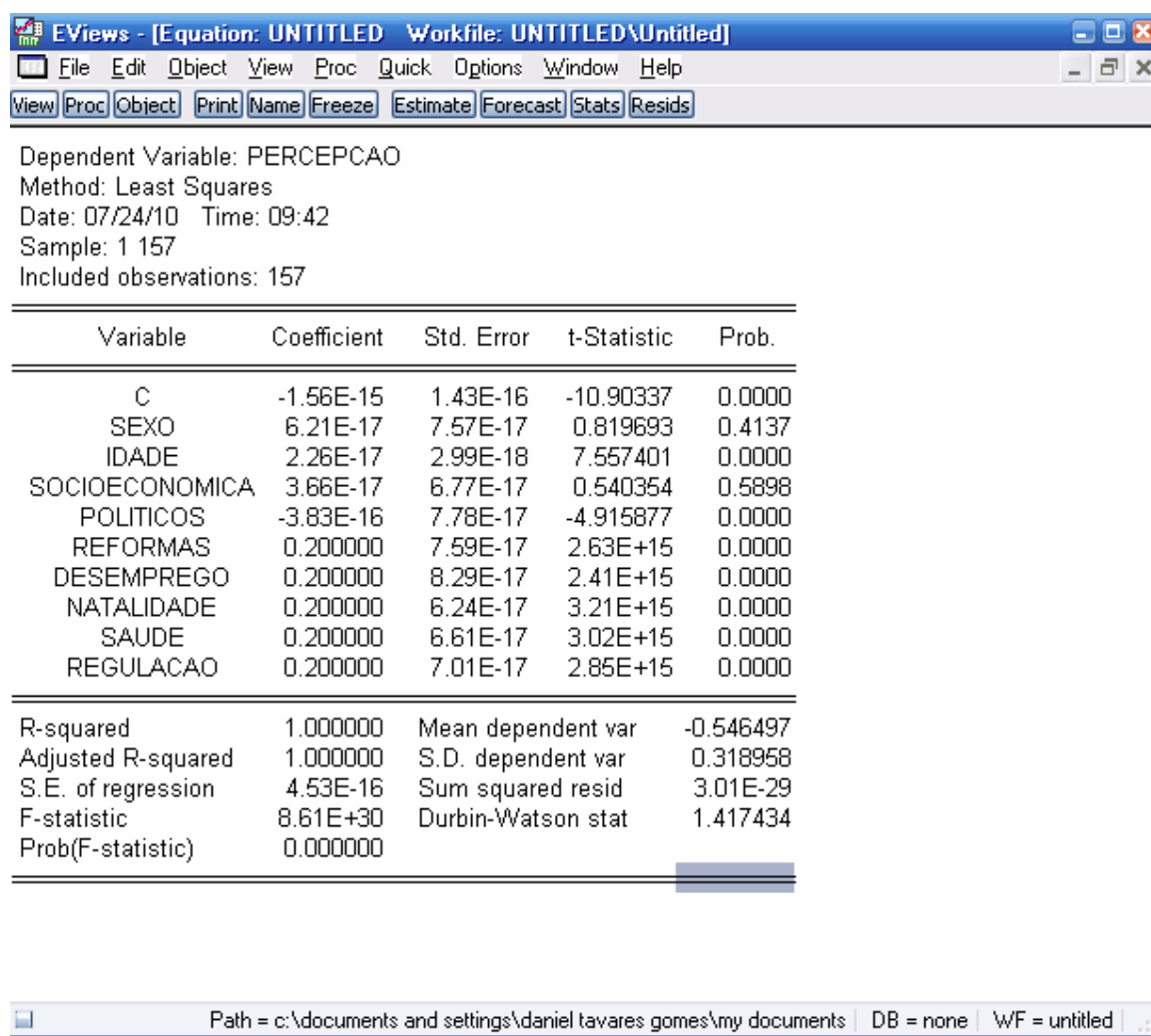


Fig. 26 – Regressão Linear Múltipla, através do Método dos Mínimos Quadrados

4.3. Testes de Hipóteses

Nos testes de hipóteses procuramos averiguar se determinada conjectura formulada previamente, sobre uma variável, tendo em conta um nível de significância/confiança, se verificará; essa conjectura é formulada através de uma hipótese.

Para o estudo em causa, será preferível atestar a hipótese de cada uma das variáveis que influenciam a percepção, inclusive as variáveis de controlo, serem estatisticamente significativas, isto é, se a sua inclusão ou não, influencia o resultado final da “Percepção” dos inquiridos. Para o efeito, estabelece-se para a hipótese nula (H_0) o valor de zero e para a hipótese alternativa (H_1) um valor diferente de zero. Após a realização do teste, conservando-se H_0 , significa que a variável associada ao teste não é estatisticamente significativa (ou a sua inclusão não era necessária), rejeitando-se H_0 , implica que a variável é estatisticamente significativa (ou a sua inclusão era necessária). No anexo 6 pode-se verificar como se realiza o teste.

Podemo-nos socorrer da figura 26 para realizar o teste de hipótese. O *t-Statistic* é a estatística que teríamos que calcular para concretizar o teste e o *Prob.* é o valor assumido pelo p-value. Assim, tendo em conta que assumimos um nível de confiança de 95% (ou um nível de significância de 5%), se o p-value for inferior a 5% rejeita-se H_0 ; se for superior a 5% conserva-se H_0 .

Posto isto, apenas conservaríamos a H_0 no caso das variáveis “Sexo” e “Condições Socioeconómicas”, pois os seus p-value são 0,4137 e 0,5898, respectivamente, ultrapassando os 5%. As restantes variáveis seriam aceites como estatisticamente significativas, dado que possuem um p-value igual a zero, logo inferior a 5%, rejeitando-se a H_0 . Estes testes apenas corroboram a ideia já referida de que a “Percepção” dos inquiridos não era afectada pelo género, nem pela idade.

4.4. Teste de independência do Qui-Quadrado

O teste de independência do Qui-Quadrado permite averiguar se duas variáveis são dependentes ou independentes, isto é, se influenciam mutuamente ou não. O teste é realizado com base da estrutura dos testes de hipóteses, sendo a hipótese nula (Ho) constituída pela conjectura das variáveis serem independentes e a hipótese alternativa (H1) constituída pela conjectura das variáveis serem dependentes. Os testes de independência foram realizados entre a variável “Percepção” e as variáveis independentes e variáveis de controlo. A fórmula do cálculo do teste de independência do Qui-quadrado é dada por:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^k \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

A título meramente exemplificativo coloquei no anexo 7, a realização do teste de independência do Qui-Quadrado.

- Percepção e Capacidade do Estado para assegurar Pensões de Reforma

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Pensões de Reforma			Total
		Piorará	Manter-se-á	Aumentará	
Percepção	Positiva	5	6	1	12
	Negativa	103	40	2	145
Total		108	46	3	157

Eij		
8,25477707	3,515924	0,229299
99,74522293	42,48408	2,770701

$$\chi^2 = 6,094622$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi_{\text{critito}} < \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% rejeita-se Ho, isto é, as Pensões de Reforma e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis dependentes.

- Percepção e Capacidade do Estado para assegurar alta cobertura do subsídio de desemprego face ao último salário

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Subsídio Desemprego face ao ultimo salário			Total
		Piorará	Manter-se-á	Aumentará	
Percepção	Positiva	7	4	1	12
	Negativa	113	31	1	145
Total		120	35	2	157
Eij					
9,171974522	2,675159	0,152866			
110,8280255	32,32484	1,847134			

$$\chi^2 = 6,350358$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi_{\text{critito}} < \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% rejeita-se Ho, isto é, a Capacidade do Estado manter a taxa de cobertura do Subsídio de Desemprego face ao último salário e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis dependentes.

- Percepção e Natalidade

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Natalidade			Total
		Piorará	Manter-se-á	Aumentará	
Percepção	Positiva	0	5	7	12
	Negativa	50	82	13	145
Total		50	87	20	157

Eij		
3,821656051	6,649682	1,528662
46,17834395	80,35032	18,47134

$$\chi^2 = 25,78454$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi_{\text{critico}} < \chi_{\text{observado}}$ com um nível de significância de 5% rejeita-se H_0 , isto é, a Capacidade do Estado manter os apoios à natalidade e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis dependentes.

- Percepção e Capacidade do Estado para assegurar Saúde e Educação tendencialmente gratuitas

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis são dependentes

		Saúde e Educação tendencialmente gratuitas			Total
		Piorará	Manter-se-á	Aumentará	
Percepção	Positiva	1	6	5	12
	Negativa	88	54	3	145
Total		89	60	8	157

Eij		
6,802547771	4,585987	0,611465
82,19745223	55,41401	7,388535

$$\chi^2 = 39,93476$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi_{\text{critito}} < \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% rejeita-se H_0 , isto é, a Capacidade do Estado assegurar Educação e Saúde tendencialmente gratuitas e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis dependentes.

- Percepção e Capacidade do Estado para assegurar a regulação/estabilização da economia

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis são dependentes

		Regulação / Estabilização da economia			Total
		Piorará	Manter-se-á	Aumentará	
Percepção	Positiva	0	8	4	12
	Negativa	104	36	5	145
Total		104	44	9	157

Eij		
7,949044586	3,363057	0,687898
96,05095541	40,63694	8,312102

$$\chi^2 = 32,79628$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi_{\text{critito}} < \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% rejeita-se H_0 , isto é, a Capacidade do Estado assegurar a Regulação e Estabilização da economia e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis dependentes.

○ Percepção e Condição Socioeconómica

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Condição Socioeconómica		
		Má	Boa	Total
Percepção	Positiva	12	0	12
	Negativa	140	5	145
Total		152	5	157

Eij	
11,61783439	0,382166
129,2993631	4,617834

$$\chi^2 = 1,311934$$

$$\chi_{(2-1)*(2-1)} = 3,84$$

Como $\chi_{\text{critito}} > \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% conserva-se Ho, isto é, as Condições Socioeconómicas dos inquiridos e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis independentes.

○ Percepção e Actuação dos Políticos

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Actuação dos Políticos			Total
		Má	Indiferente	Boa	
Percepção	Positiva	4	7	1	12
	Negativa	110	31	4	145
Total		114	38	5	157

Eij		
8,713375796	2,904459	0,382166
105,2866242	35,09554	4,617834

$$\chi^2 = 10,09514$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi_{\text{critito}} < \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% rejeita-se H_0 , isto é, a Actuação dos Políticos e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis dependentes.

- Percepção e Escolaridade

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis são dependentes

		Escolaridade					
		Sem Escolaridade	Primária	Ciclo	Secundário	Superior	Total
Percepção	Positiva	0	1	6	2	3	12
	Negativa	0	32	34	35	44	145
Total		0	33	40	37	47	157

Eij				
0	2,522293	3,057325	2,828025	3,592357
0	30,47771	36,94268	34,17197	43,40764

$$\chi^2 = 4,42978$$

$$\chi_{(5-1)*(2-1)} = 9,49$$

Como $\chi_{\text{critito}} > \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% conserva-se H_0 , isto é, a Escolaridade e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis independentes.

○ Percepção e Idade

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Idade					Total
		[18;24]	[25;34]	[35;44]	[45;54]	Mais de 55	
Percepção	Positiva	3	2	4	1	2	12
	Negativa	38	26	34	27	20	145
		41	28	38	28	22	157

Eij				
3,133758	2,140127	2,904459	2,140127	1,681529
37,86624	25,85987	35,09554	25,85987	20,31847

$$\chi^2 = 1,186509$$

$$\chi_{(5-1)*(2-1)} = 9,49$$

Como $\chi_{\text{critito}} > \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% conserva-se Ho, isto é, a Idade e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis independentes.

○ Percepção e Género

Ho: As variáveis são independentes

H1: As variáveis são dependentes

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Percepção	Positiva	5	7	12
	Negativa	71	74	145
Total		76	81	157

Eij	
5,808917	6,191083
70,19108	74,80892

$$\chi^2 = 0,236406$$

$$\chi_{(2-1)*(2-1)} = 3,84$$

Como $\chi_{\text{critito}} > \chi_{\text{Observado}}$ com um nível de significância de 5% conserva-se H_0 , isto é, o Sexo e a Percepção dos Feirenses, sobre a evolução do Modelo Social Europeu, são variáveis independentes.

Concluindo, constatamos que todas as variáveis explicativas influenciam a Percepção dos Feirenses sobre a evolução do Modelo Social Europeu, com o nível de confiança de 95%. Isto significa que, as variáveis explicativas escolhidas têm um papel determinante na formação da Percepção, pelo que retirá-las do estudo contribuiria para o seu enfraquecimento. Por outro lado, as variáveis de controlo e caracterização da população, isto é, as Condições Socioeconómicas, a Escolaridade, a Idade e o Género são variáveis independentes face à Percepção que os Feirenses formulam sobre a evolução do Modelo Social Europeu. Quer isto dizer que quando algum elemento desta população se pronuncia sobre a evolução do Modelo Social Europeu, será irrelevante a sua idade, o seu género, o seu grau de escolaridade e a sua condição socioeconómica. Tendo em conta que, a classificação média da Percepção se cifrou em 0.5465 negativos (percepção negativa), podemos concluir, com algum grau de certeza, que se nos dirigíssemos a um cidadão (homem ou mulher, jovem ou idoso, rico ou pobre e muito ou pouco escolarizado) de Santa Maria da Feira e o inquiríssemos sobre a evolução do Modelo Social Europeu, certamente obteríamos uma resposta que se coadunasse com uma percepção negativa.

Conclusão

A Percepção é uma função cerebral da maior importância para compreender as ideias, acções e comportamentos dos indivíduos quando confrontados com determinada situação. Para este estudo era fundamental compreender esta função e o que a influenciava. Assim, e apesar de existir substancial obra literária sobre o fenómeno, assumimos uma perspectiva basicamente indutiva, pelo que utilizamos metodologicamente, o método qualitativo. Contudo seria um erro utilizar-se unicamente o método qualitativo apenas pelo facto do estudo ser indutivo. Como Duffy (1987) refere, existem bastantes vantagens para se utilizar o método qualitativo e quantitativo, pelo que se optou pela utilização conjunta. Importa ressaltar que, em aprofundamentos futuros deste trabalho, se desenvolva uma entrevista de controlo/verificação. Uma entrevista que siga uma perspectiva semelhante ao *Laddering* (Martins & Teófilo, 2007, p. 87), onde se procure depreender os significados e atitudes do entrevistado face ao objecto de estudo.

A perseverança na crença de que “tudo vai mal e nada pode ser feito” está profundamente enraizada nos Portugueses, contribuindo esse facto para a formulação de juízos prévios sobre a actuação dos políticos nacionais e das políticas por eles implementadas. O acesso a informação alcançado pela massificação da televisão contribuiu para a percepção negativa que os Feirenses, e os Portugueses, possuem dos políticos nacionais e da sua actuação, como bem demonstraram Sousa e Triães (2007) no seu estudo. O próprio estudo realizado por Silver e Dowley (2000) revela-nos essa faceta mais conhecida do comum português, revelando que Portugal era o trigésimo oitavo país (em quarenta e três) onde as pessoas menos confiavam nas outras, apesar do país ser relativamente homogéneo cultural e etnicamente.

A compreensão do Modelo Social Europeu, histórica e orgânica, é evidentemente imprescindível, pois dessa forma consegue-se formular um juízo fundado num conjunto de factos e eventos passados. Ainda que o passado do Modelo Social Europeu esteja repleto de sucessos e avanços, dificilmente conseguirá progredir ao mesmo

ritmo, porque os factos e pressupostos adjacentes ao desenvolvimento do Modelo Social Europeu estão a desaparecer, decapitando a sua possibilidade de progressão. As reduzidas taxas de crescimento económico e da natalidade, um sistema mundo em mudança e globalizado e, até, as mudanças nas relações de força dentro das famílias justificam este estado de coisas. Muitos autores, como Rosanvallon, não acreditam na falência inevitável do Modelo Social Europeu, pois advogam que para evitar o impasse a que se assiste nos nossos dias seria necessário reformular a solidez e natureza do contrato social entre o Estado e a sociedade e repensar a solidariedade mecânica do Estado, evitando que esta substitua as voluntárias práticas sociais geradas na sociedade.

Nas soluções apresentadas para atenuar os expectáveis problemas futuros que se apresentarão ao Modelo Social Europeu, destacou-se a necessidade de controlar as despesas na Saúde e demais apoios sociais (Subsídio de Desemprego, por exemplo), sob pena de se induzir os Estados no colapso financeiro, sem nunca limitar o acesso à Educação. A Educação terá que possuir este estatuto especial, pois será através da Educação que a maior parte da população desfavorecida terá a possibilidade de sair da situação de pobreza em que se encontra. Não nos podemos esquecer que algumas das principais rubricas associadas à integração e reinserção social, obrigam o Estado a desembolsar avultadas quantias monetárias, algo que pode ser atenuado a longo prazo com investimentos na educação de todos. Por outro lado, destacou-se o extraordinário progresso da Suécia e contrapôs-se o exemplo dos Estados Unidos. A forma como os Suecos combateram as desigualdades salariais, logo sociais, exhibe a capacidade daquele Estado em assegurar uma sociedade mais equitativa e com menores problemas sociais para resolver/atenuar através de subsídios de inclusão, sorvedouros de recursos públicos.

Deste estudo pode-se alcançar uma conclusão peremptória: os Feirenses, tal como a ideia preconcebida formulada em torno dos Portugueses, possuem uma perspectiva pessimista relativamente à evolução do Modelo Social Europeu. Através da análise estatística apercebemo-nos que é a geração mais jovem e com formação superior que

menos perspectivas pessimistas possui, mas também é aquela que mais críticas faz, sendo a capacidade dos Estados assegurarem pensões de reforma e capacidade dos Estados assegurarem um subsídio de desemprego relativamente alto face ao último salário, as principais preocupações.

Por fim, a exaustiva análise Qui-Quadrado afirmou que a percepção negativa, em torno do Modelo Social Europeu, era comum a todos os estratos da população Feirense e assegurou que as variáveis utilizadas no estudo eram válidas e necessárias para compreender a Percepção que os Feirenses formulavam sobre a evolução do Modelo Social Europeu. Por outras palavras, se retirássemos do estudo qualquer uma das variáveis explicativas, a fiabilidade final sairia prejudicada, visto que existiriam outras variáveis que estariam a sobre representar a sua influência no estudo.

Bibliografia

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.

Alves-Mazzoti A. & Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo, Editora Pioneira.

Arons de Carvalho *et al.* (2010). *Socialismo no Séc. XXI*. Lisboa, Esfera do Caos.

Bailey, K. D., (1982). *Methods of Social Research*. New York, Free Press.

Barros, Pestana C., Santos, Gomes J.C., (1998). *O mutualismo português: solidariedade e progresso social*. Lisboa, Editora Vulgata.

Bless, H., Fiedler, K. & Strack, F. (2004). *Social Cognition – How individuals construct social reality*. New York, Psychology Press.

Braud, P. (1980). *Le suffrage universel contre la démocratie*. Paris, PUF.

Budría, S. & Pereira, T. (2002). Education and Wage Dispersion: New Evidence for Europe [Em linha]. Disponível em http://www3.uma.pt/ppereira/CH_07_SB_PTP.pdf [Consultado em 31/08/2010]

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. <https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Indicadores%2520Estat%25C3%25ADsticos/Demografia/ficheiros/Gr%25C3%25A1ficos/Estatura%2520Etaria%2520da%2520Popula%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Residente%2520SMF%25202001.gif> [Consultado em 27/07/2010] Em linha

Cantillon, B. (1995). Les transformations des modèles du travail et de la famille et leurs implications sur la sécurité sociale. In: Fragnière, J.P., *Repenser la Sécurité Sociale*. Lausanne, Ed. Réalités Sociales, pp. 115-144.

CIA- The World Factbook – European Union [Em linha]. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ee.html> [Consultado em 04/01/2010]

Domeij, D. & Ljungqvist, L. (2006). *Wage Structure and Public Sector Employment: Sweden versus The United States 1970-2002* [Em linha]. Disponível em www.cepr.org/pubs/dps/DP5921.asp

Draibe, S. & Henrique, W. (1988). Welfare State, Crise e Gestão da Crise. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 3, Nº 6, pp. 21-78.

Duffy, M. E. (1987). Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. *Journal of Nursing Scholarship*, Vol. 19, Nº 3, pp. 130-133.

Echeverría, J. (1999). *Introducción a la metodología de la ciencia*. Madrid, Ediciones Cátedra, S.A.

Ehrlich, H. (1973). *The Social Psychology of Prejudice*. New York, Wiley.

Esping-Anderson, G. (2009). *Três lições sobre o Estado-Providência*. Lisboa, Campo da Comunicação.

Falcão, J., (2006). *Democracia, Direito e Terceiro Setor*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

Félix, A. B. (2009). Entrevista a António Bagão Félix [Em linha]. Disponível em http://www.ver.pt/conteudos/ver_mais_Etica.aspx?docID=893 [Consultado em 03/01/2010]

Fiori, J., (2010). *Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises*. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/textos/fioribemestarsocial.pdf> [Consultado em 25/03/2010]

Frank, R. & Bernanke, B. (2003). *Princípios de Economia*. Lisboa, McGraw-Hill.

Garcia-Marques, T. & Garcia-Marques, L. (2003). *Estereótipos e Cognição Social*. Lisboa, ISPA.

Guia de Santa Maria da Feira. <http://www.byweb.pt/santamariadafeira/mapa.html>
Consultado em 27/07/2010 [Em linha]

Hamilton, D. (2005). *Social Cognition – Key Readings in Social Psychology*. New York, Psychology Press.

INE (2007), Estatísticas do Comércio Internacional / in sistema de indicadores
Disponível em: <https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Indicadores%2520Estat%25C3%25ADsticos/Economia/ficheiros/Gr%25C3%25A1ficos/Saidas%2520de%2520Mercadoria%2520AMP%25202004%2520a%25202006.gif>
[Consultado em 27/07/2010] Em linha

INE, (2008). *Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006*. Instituto Nacional de Estatística.

Jones, C. (2000). *Introdução à Teoria do Crescimento Económico*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.

Levine, Donald N. (1997). *Visões da Tradição Sociológica*. Rio Janeiro, Zahar.

Maddison, A. (1991). *The role of policy in economic performance since 1950*. Oxford, Oxford University Press.

Maddison, A. (2001). *The World Economy – A Millennial Perspective*. Nova Deli. OECD.

Marconi, M. & Lakatos, E. (2008). *Metodologia científica*. São Paulo, Editora Atlas, S.A.

Martins, G. & Theóphilo, C. (2007), *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo, Editora Atlas, S.A.

Meek, R., Raphael, D. & Stein, P. (1982). *Adam Smith. Lectures on Jurisprudence*. Indianapolis, Liberty Fund.

Myers, D. (1995). *Psicologia Social*. México, McGraw-Hill.

Nóbrega, C. (1999). A quinta onda é o seu futuro [Em linha]. Disponível em <http://www.unicap.br/marina/quinta.html> [Consultado em 04/01/2010]

OECD. Disponível em:

http://oecd-stats.ingenta.com/OECD/TableView/DimView.aspx?TableName=5b1exagg.ivt&IF_Language=eng

[Consultado em 30/03/2010] Em linha

Orçamento Estado 2010. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MFAP/Rel_OE2010.pdf [Consultado em 09/08/2010] Em linha

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

Teixeira, A., Silva, S. & Teixeira, P. (2010). *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal? Vidaeconómica*, Porto.

Rosanvallon, P. (1984). *A Crise do Estado Providência*. Editorial Inquérito, Lisboa.

Schumpeter, J. (1939). *Business Cycles: A Theoretical Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. New York, McGraw-Hill.

Silva, C. & Castela, A. (1996). *Globalização e Estado-Providência: Tendências e Desenvolvimentos recentes na Europa*. [Em linha] Disponível em http://www.apgeo.pt/files/section44/1258367122_INFORGEO_12_13_P343a350.pdf [Consultado em 31/03/2010]

Silver, B. & Dowley, K. (2000). *Measuring Political Culture in Multi-Ethnic Societies: Reaggregating the World Value Survey*. <http://www.uh.edu/democracy/silverdowleyp.pdf> [Consultado em 23/03/2010] Em linha

Sousa, L. & Triães, J. (2007). *Corrupção e Ética em Democracia: O caso de Portugal*. Disponível em <http://www.obercom.pt/client/?newsId=410&fileName=obf3.pdf> [Consultado em 16/03/2010] Em linha

Spiegel, M. (1993). *Estatística*. São Paulo, Makron Books.

The Future of Public Debt. Disponível em <http://www.bis.org/publ/othp09.pdf>
[Consultado em 30/03/2010] Em linha

Wikipedia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/percep%C3%A7%C3%A3o>
Consultado em [30/12/2009]

Anexos

Anexo 1 – Despesas totais dos Programas Orçamentais inscritos no Orçamento de 2010

Quadro III.6. Programas Orçamentais
(Milhões de Euros)

Programas	Funcionamento	PIDDAC	TOTAL	% do PIB	Estrutura
Órgãos de Soberania	3.235	3	3.238	1,9	5,3
Governança	299	51	350	0,2	0,6
Representação Externa	391	14	405	0,2	0,7
Finanças e Administração Pública	12.775	53	12.828	7,7	21,1
Gestão da Dívida Pública	5.501	0	5.501	3,3	9,0
Defesa	1.885	23	1.908	1,1	3,1
Lei de Programação Militar	459	0	459	0,3	0,8
Lei de Programação das Infra-estruturas Militares	68	0	68	0,0	0,1
Segurança Interna	1.877	57	1.934	1,2	3,2
Lei de programação das Instalações e Equipamento das Forças de Segurança		85	85	0,1	0,1
Justiça	1.675	132	1.807	1,1	3,0
Economia, Inovação e Desenvolvimento	465	48	513	0,3	0,8
Agricultura e Pescas	1.258	627	1.885	1,1	3,1
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	320	153	473	0,3	0,8
Ambiente e Ordenamento do Território	387	280	667	0,4	1,1
Trabalho e Solidariedade Social	8.948	52	9.000	5,4	14,8
Saúde	9.123	60	9.183	5,5	15,1
Educação	7.049	295	7.344	4,4	12,1
Investigação e Ensino Superior	2.400	537	2.937	1,8	4,8
Cultura	171	89	260	0,2	0,4
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	58.286	2.559	60.845	36,6	100,0

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Fonte: http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MFAP/Rel_OE2010.pdf

[Consultado em 09/08/2010] Em linha

Anexo 2 – Inquérito por questionário

	Masculino	Feminino
Sexo		

	[18;24]	[25;34]	[35;45]	[46;55]	Mais de 55
Idade					

	Nenhumas	Algumas	Muitas
Perspectivas de trabalho			

	Sem escolaridade	Primária	2º ou 3º ciclo	Secundário	Superior
Grau de escolaridade					

	Má	Indiferente	Boa
Actuação dos políticos			

Já beneficiou de apoios estaduais ao nível do subsídio de desemprego, rendimento social de inserção ou apoios escolares?	
Sim, já recebi	Não, não recebi

Como avalia a capacidade dos Estados em assegurarem:	Piorará	Manter-se-á	Aumentará
Pensões de reforma			
Alta cobertura do subsídio de desemprego face ao último salário			
Apoios à natalidade			
Saúde e educação tendencialmente gratuitas			
Regulação/Estabilização da economia			

Anexo 3

Coefficiente de Correlação Linear entre “Percepção” e “Benefícios”

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

onde,

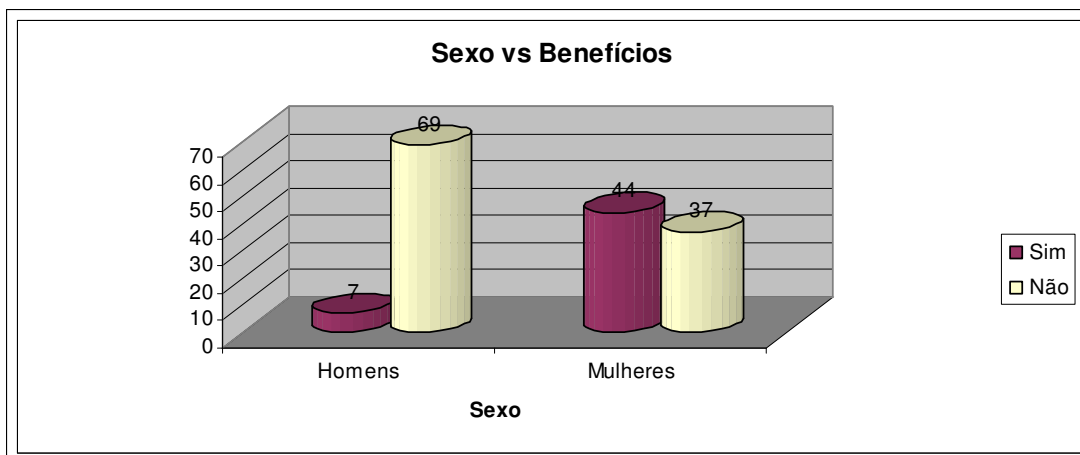
X_i são os sucessivos valores da variável X

\bar{X} é a média da variável X

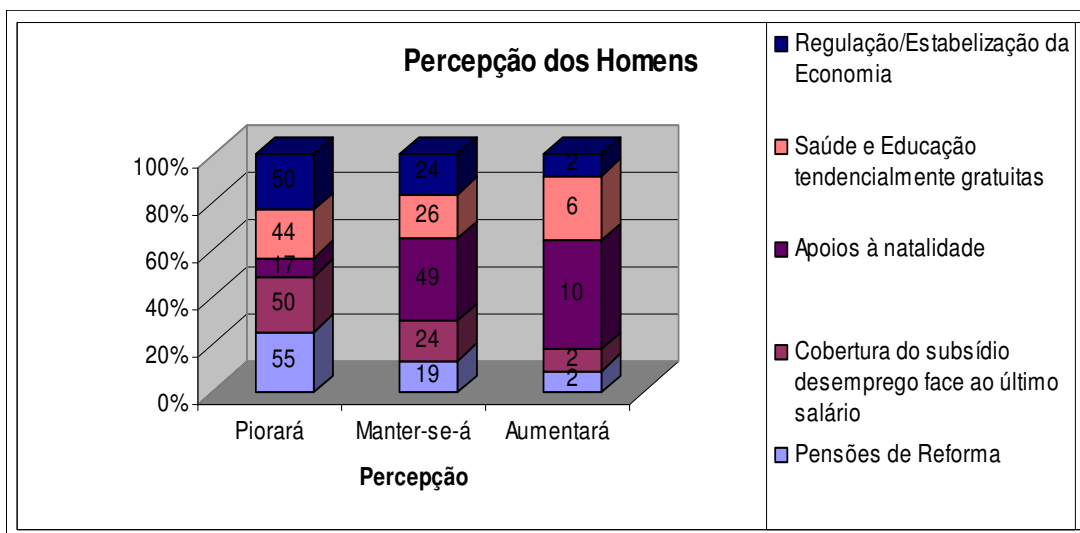
Y_i são os sucessivos valores da variável Y

\bar{Y} é a média da variável Y

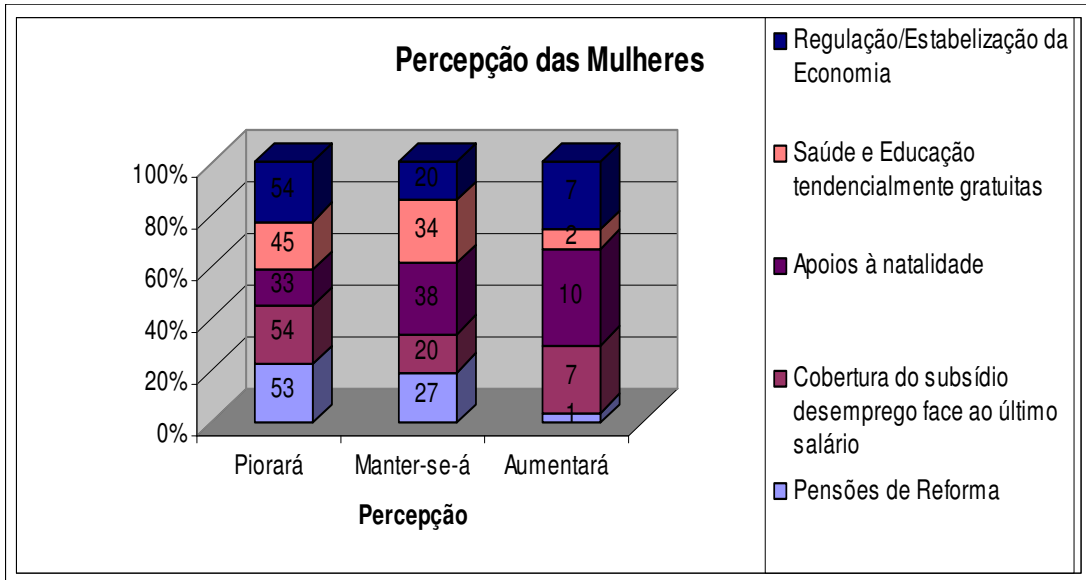
Anexo 4 – Relação entre as demais variáveis



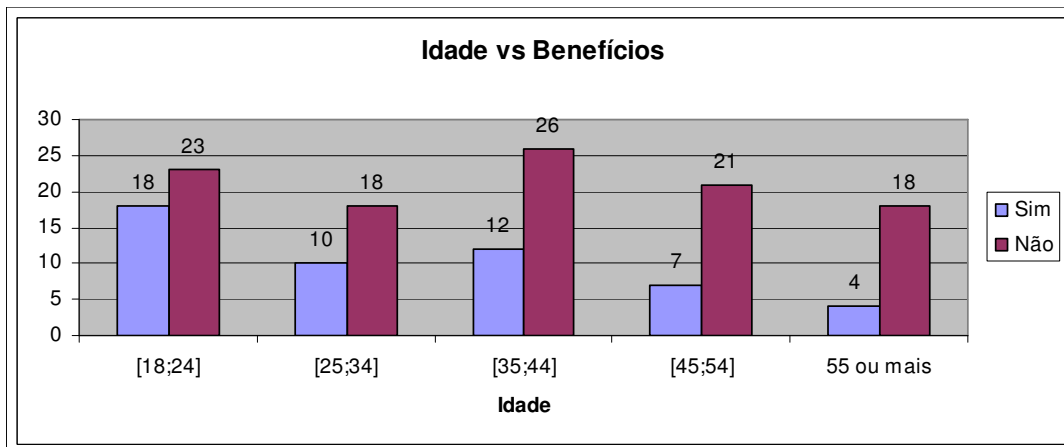
Beneficiários de apoios estaduais por género



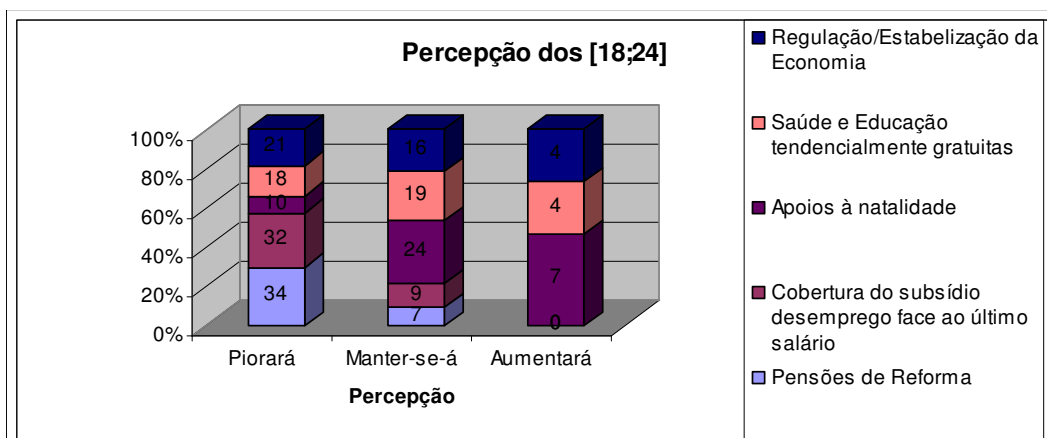
Percepção dos Homens



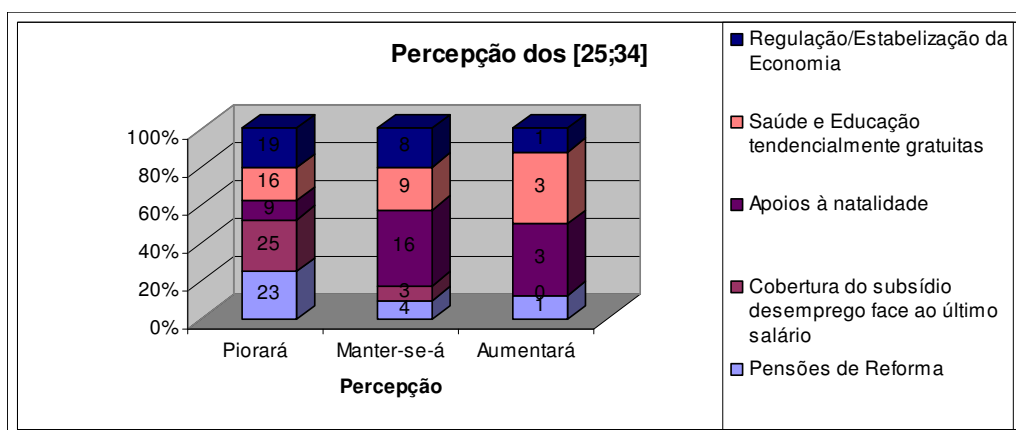
Percepção das Mulheres



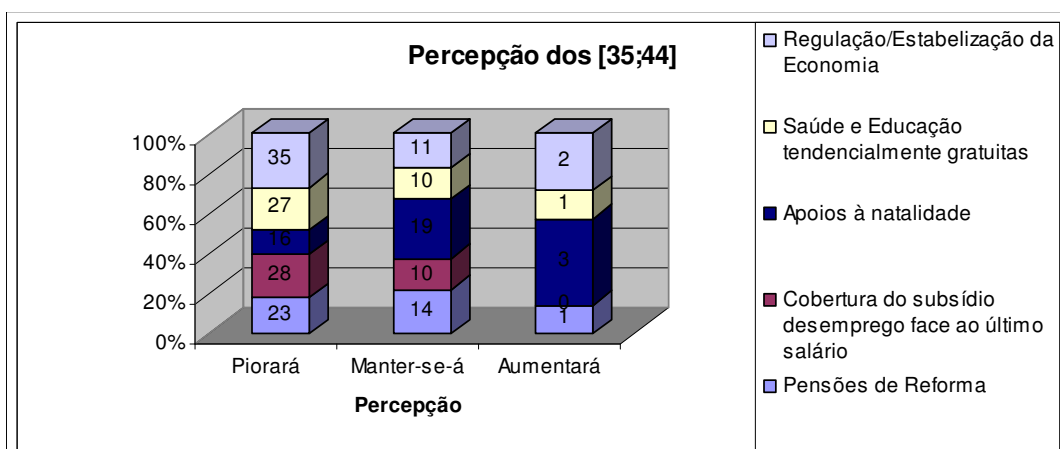
Beneficiários de apoios estaduais por grupo etário



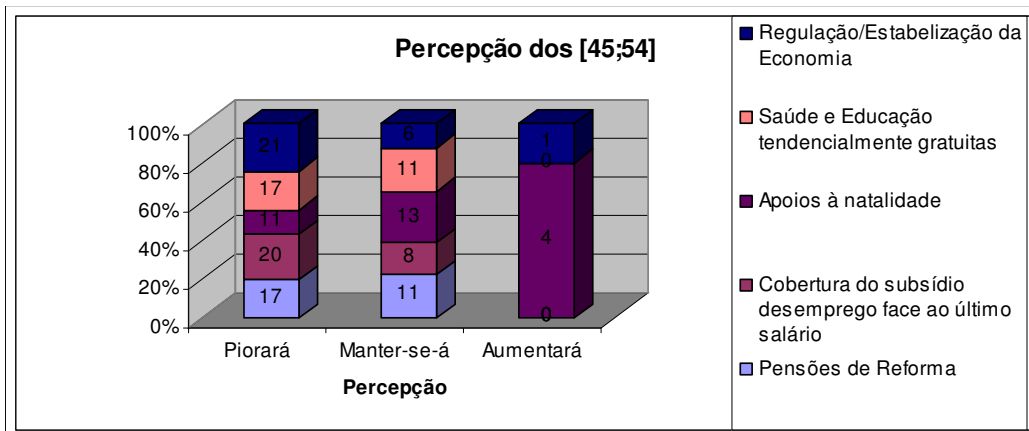
Percepção dos inquiridos com idade compreendida entre 18 e 24 anos



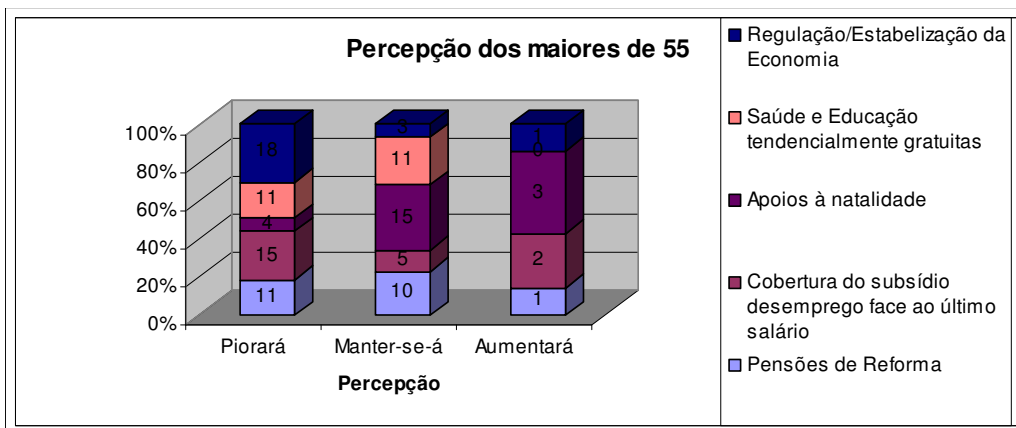
Percepção dos inquiridos com idade compreendida entre 25 e 34 anos



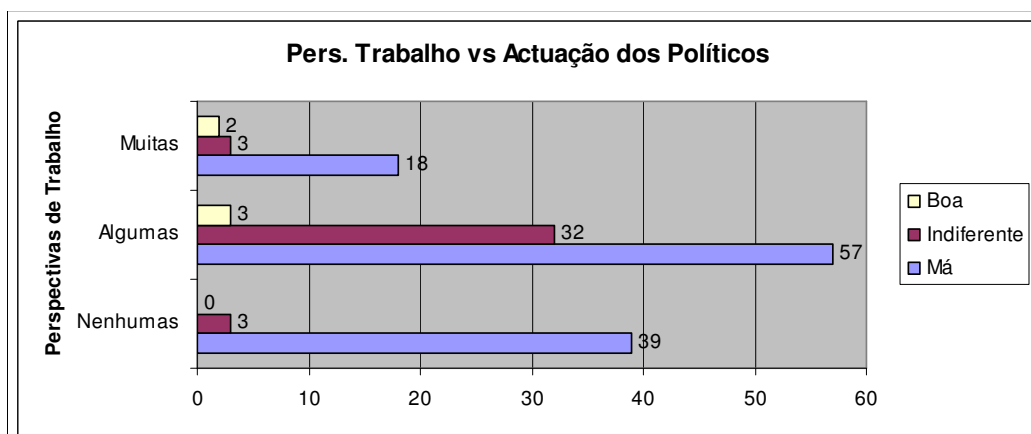
Percepção dos inquiridos com idade compreendida entre 35 e 44 anos



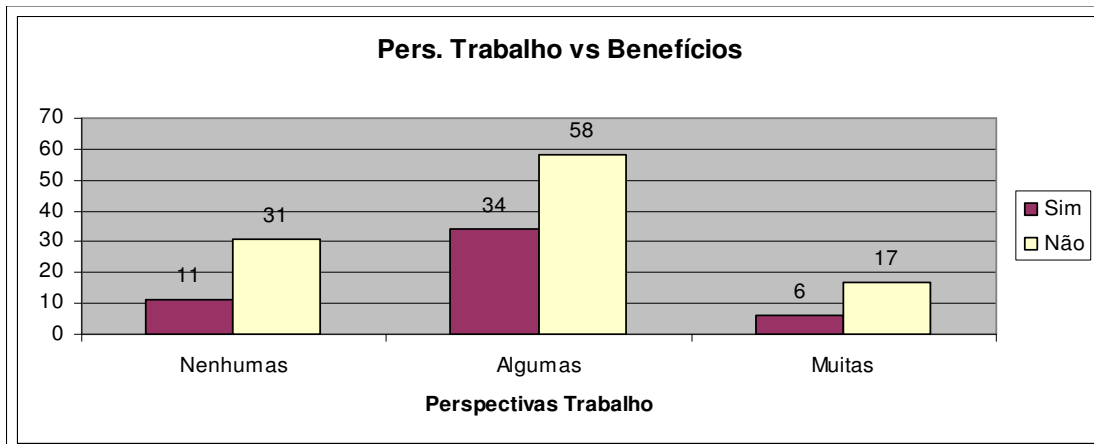
Percepção dos inquiridos com idade compreendida entre 45 e 55 anos



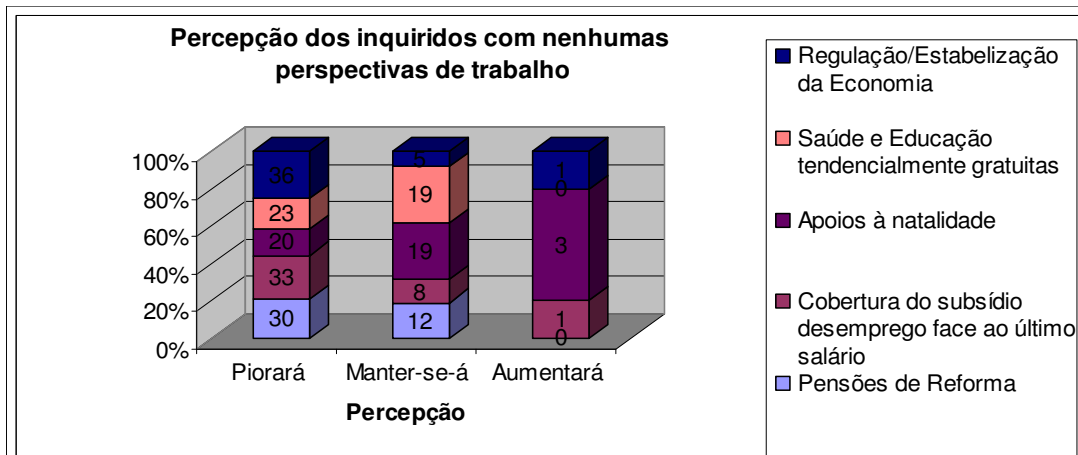
Percepção dos inquiridos com idade superior a 55 anos



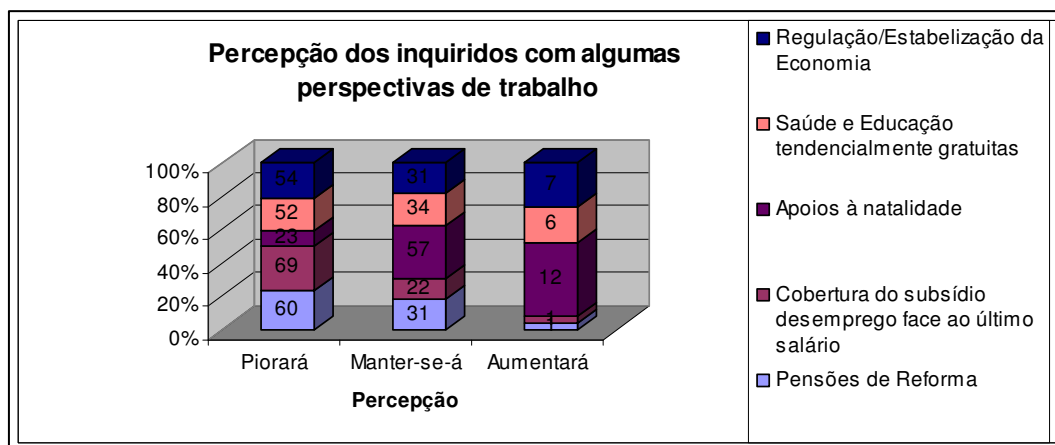
Perspectivas de Trabalho tendo em conta a actuação dos políticos



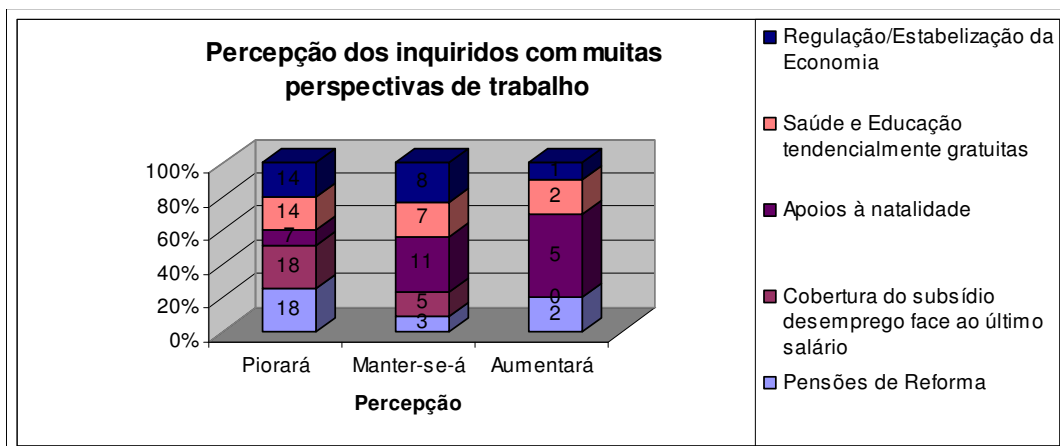
Perspectivas de Trabalho tendo em conta o auferimento de apoios estaduais



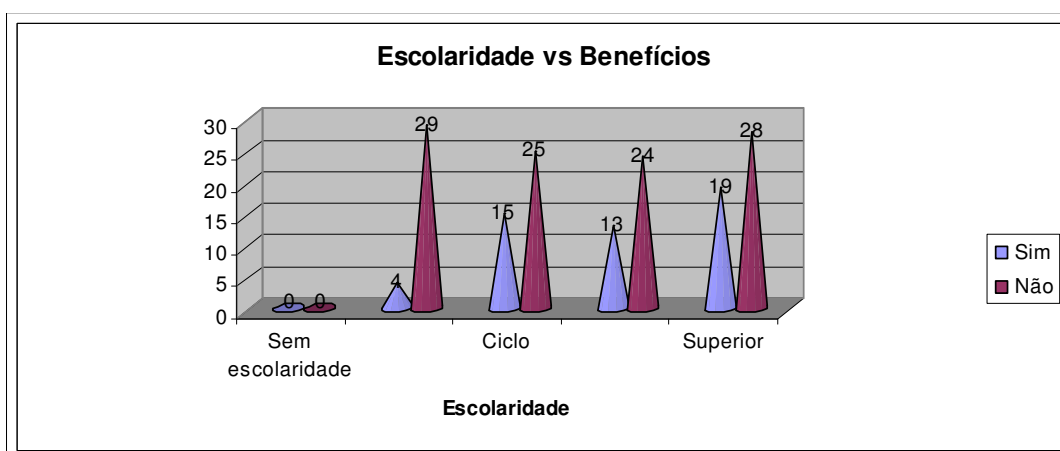
Percepção dos inquiridos com nenhuma perspectivas de trabalho



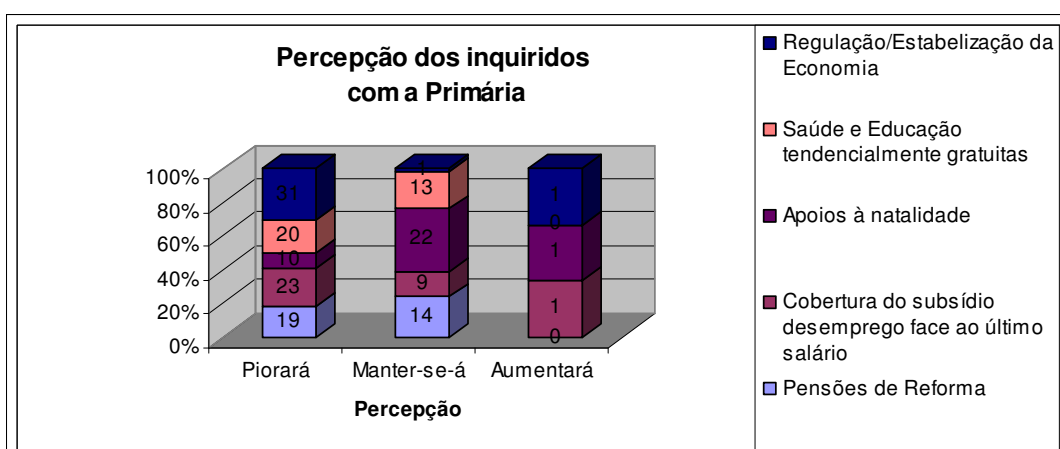
Percepção dos inquiridos com algumas perspectivas de trabalho



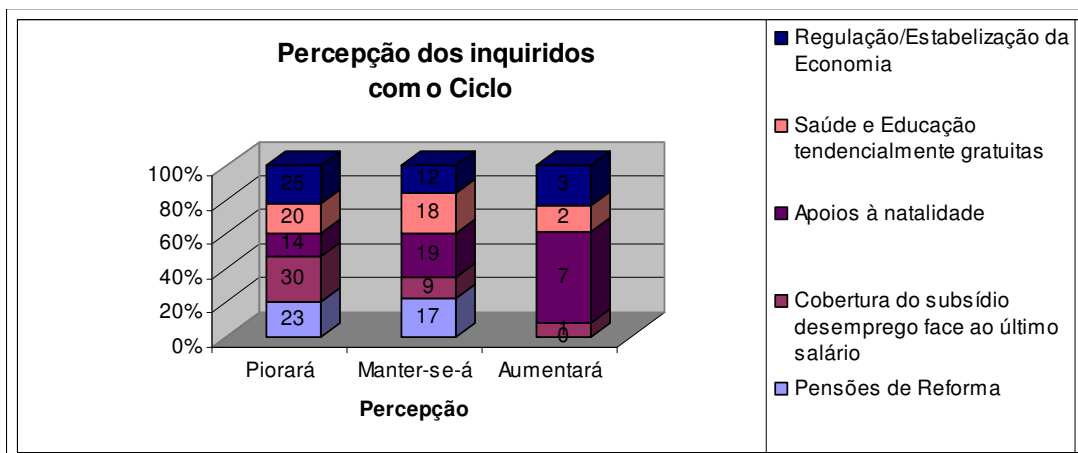
Percepção dos inquiridos com muitas perspectivas de trabalho



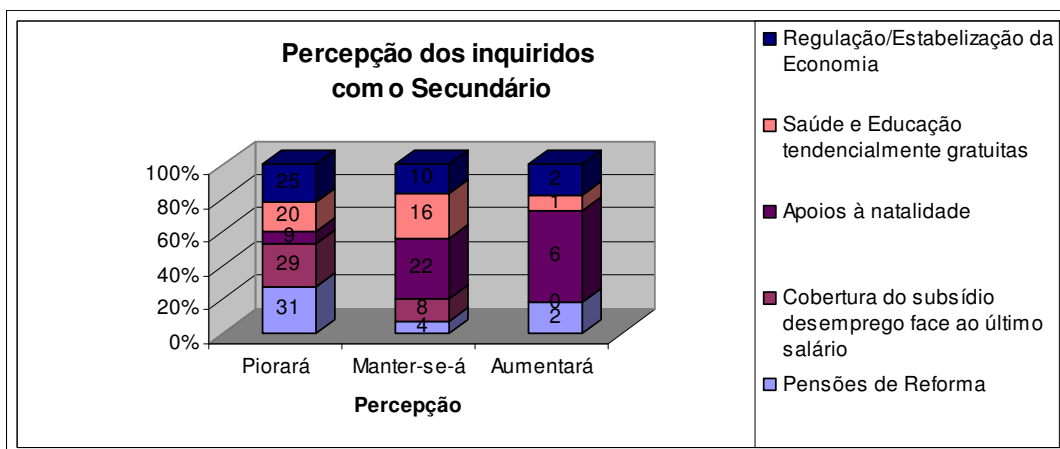
Auferimento de apoios estaduais tendo em conta o grau de escolaridade



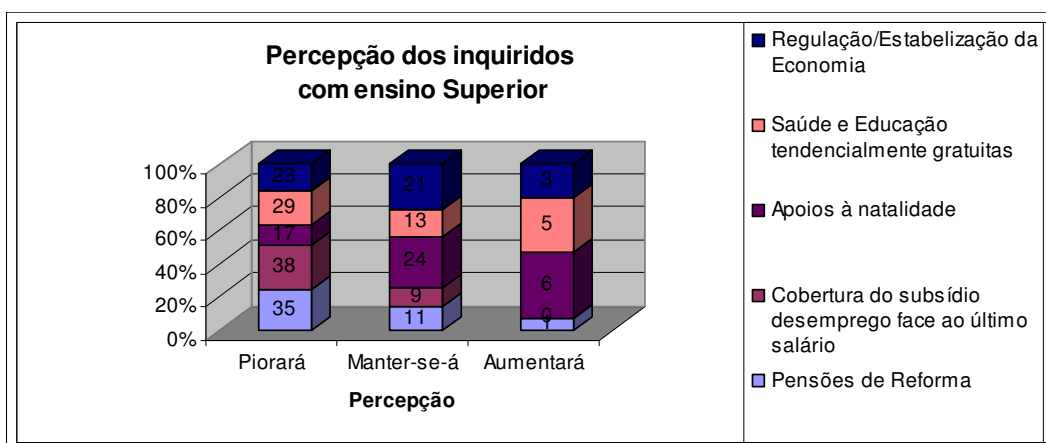
Percepção dos inquiridos com a Primária



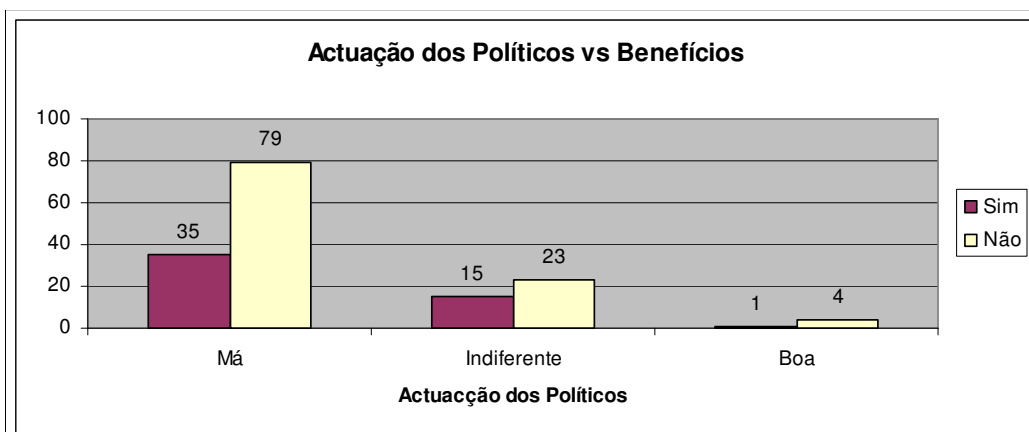
Percepção dos inquiridos com o Ciclo



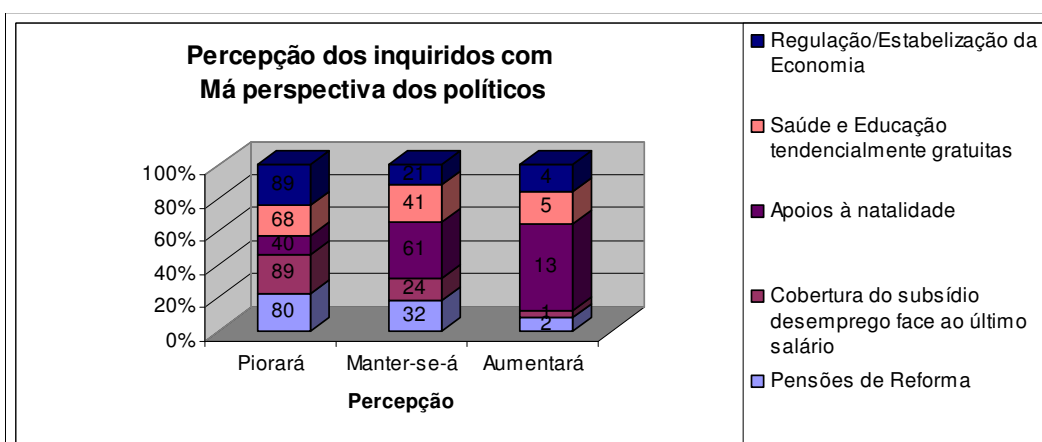
Percepção dos inquiridos com o Secundário



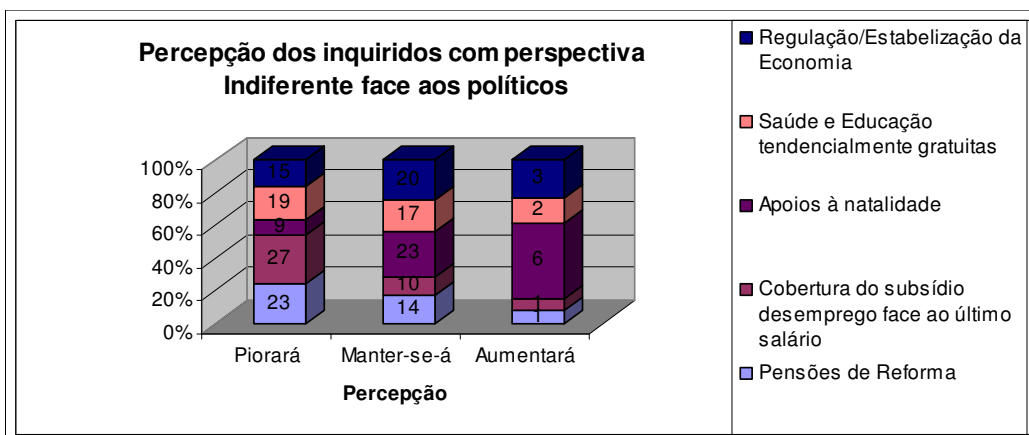
Percepção dos inquiridos com o Ensino Superior



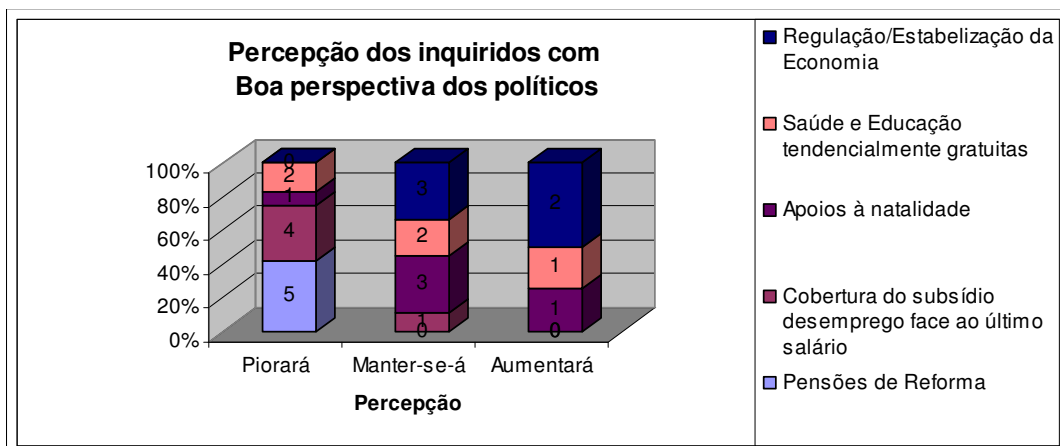
Auferimento de apoios estaduais tendo em conta a actuação dos políticos



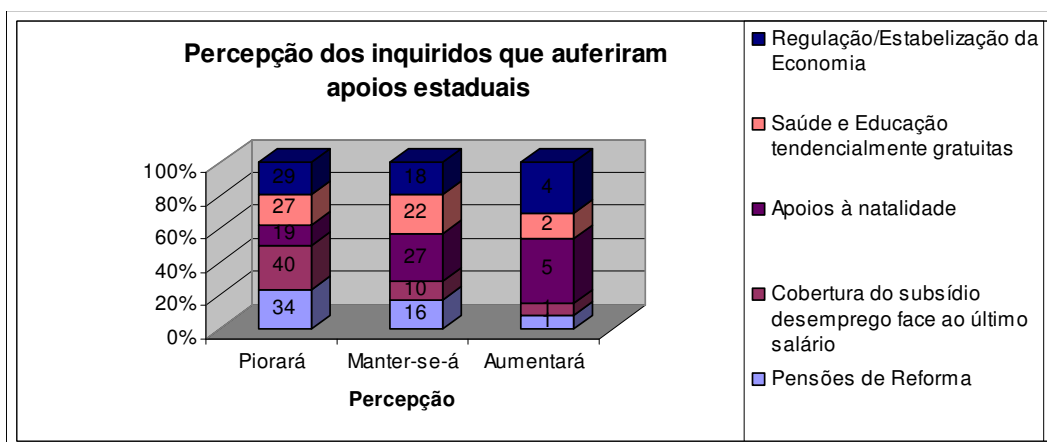
Percepção dos inquiridos com uma Má perspectiva dos políticos



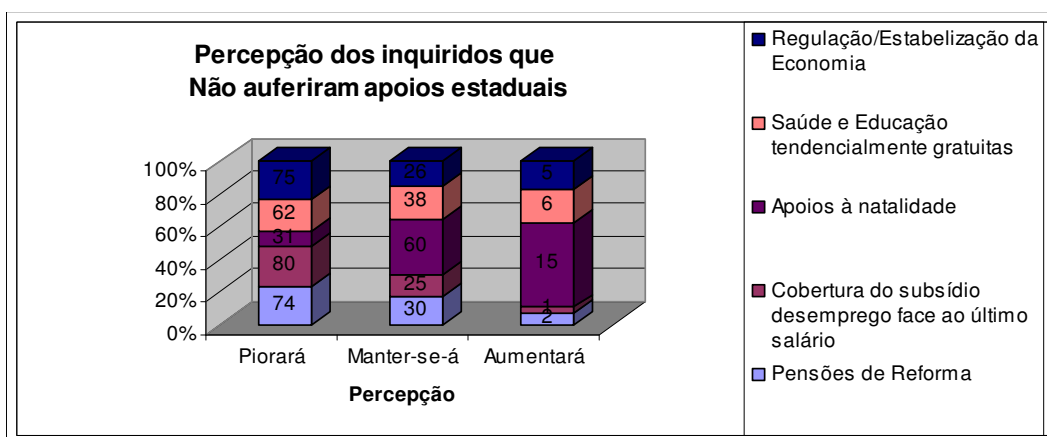
Percepção dos inquiridos com uma perspectiva Indiferente dos políticos



Percepção dos inquiridos com uma Boa perspectiva dos políticos



Percepção dos inquiridos que auferiram apoios estaduais



Percepções dos inquiridos que não auferiram apoios estaduais

Anexo 5 – Calculo dos Intervalos de Confiança

Intervalo de Confiança para a Média (Distribuição de Student aproximando-se tendencialmente para Distribuição Normal)

$$P \left(-c \leq \frac{\bar{X} - \mu}{\frac{\sigma}{\sqrt{n}}} \leq c \right) = 0,95$$

$D(c) = 0,95 \Rightarrow c = 1,645$ (Tabelas da Distribuição Normal)

$$\left[\bar{X} - c * \frac{\sigma}{\sqrt{n}} ; \bar{X} + c * \frac{\sigma}{\sqrt{n}} \right]$$

onde,

\bar{X} é a média amostral da variável

σ é o desvio-padrão amostral da variável

n é o número de elementos da amostra

Anexo 6 – Cálculo dos Testes de Hipóteses

Ho: $\beta_j^* = 0$

H1: $\beta_j^* \neq 0$

$$T = \frac{\beta_j - \beta_j^*}{(\text{Var}(\beta_j))^{0,5}} = t\text{-Statistic}$$

onde,

β_j é o valor estimado para o coeficiente associado à variável j, através do Método dos Mínimos Quadrados

β_j^* é o valor conjecturado para o coeficiente associado à variável j

Var (β_j) é a variância do coeficiente associado à variável j

Anexo 7 – Cálculo do Teste de Independência do Qui-Quadrado

Teste de independência do Qui-quadrado entre as variáveis “Capacidade do Estado assegurar Pensões de Reforma” e “Percepção”

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^k \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

$$\chi^2 = \frac{(5-8,25477707)^2}{8,25477707} + \frac{(6-3,515924)^2}{3,515924} + \frac{(1-0,229299)^2}{0,229299} + \frac{(103-99,74522293)^2}{99,74522293} + \frac{(40-42,48408)^2}{42,48408}$$

$$\frac{(2-2,770701)^2}{2,2770701} = 6,094622$$

$$\chi_{(3-1)*(2-1)} = 5,99$$

Como $\chi^2 > \chi_{(2)}$ rejeitamos a hipótese nula, isto é, a hipótese de as variáveis serem independentes.